



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**EMANOELA BASTOS GOMES**

**EMPREGO E DESEMPREGO: UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DA  
TEORIA ECONÔMICA**

Brasília, DF

2023



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**EMANOELA BASTOS GOMES**

**EMPREGO E DESEMPREGO: UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DA  
TEORIA ECONÔMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso em Monografia  
apresentada ao Departamento de Economia da  
Universidade de Brasília como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharelado em Ciências  
Econômicas, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria  
de Lourdes Rollemberg Mollo

Brasília, DF

2023

EMANOELA BASTOS GOMES

EMPREGO E DESEMPREGO: UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DA TEORIA  
ECONÔMICA

Trabalho de Conclusão de Curso em  
Monografia apresentado ao Departamento de  
Ciências Econômicas da Faculdade de  
Economia, Administração, Contabilidade e  
Gestão de Políticas Públicas como requisito  
parcial à obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Econômicas, sob a orientação da  
Prof<sup>ª</sup>. Dr.a Maria de Lourdes Rollemberg  
Mollo

Aprovado em 25 de julho de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra Maria de Lourdes Rollemberg Mollo  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Adriana Moreira Amado  
Professora - Examinadora

Brasília - DF, 25 de Julho de 2023.

Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

GG633e      Gomes, Emanoela  
                Emprego e Desemprego: Uma Análise sobre a Perspectiva da  
Teoria Econômica / Emanoela Gomes; orientador Maria de  
Lourdes Mollo. -- Brasília, 2023.  
67 p.

Monografia (Graduação - Ciências Econômicas) --  
Universidade de Brasília, 2023.

1. Emprego. 2. Desemprego. 3. História do Pensamento  
Econômico. I. Mollo, Maria de Lourdes , orient. II. Título.

*Dedico essa monografia a minha família, em especial, a minha tia Maria Docarmo. Tia, a senhora sempre confiou em mim e esteve ao meu lado. Gostaria que estivesse aqui agora, eu consigo até mesmo visualizar a sua empolgação com a minha formatura. Guardo em minha mente nossas melhores lembranças e vou passar a vida me inspirando na sua força.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por possibilitar a realização do sonho de me formar na Universidade de Brasília. Ele e eu sabemos o quão importante foi entrar no curso e poder realizar essa graduação.

Agradeço a todos os meus familiares pelo suporte, apoio emocional, carinho, encorajamento e por partilhar esses longos anos comigo, vislumbrando com a mesma emoção que eu estou sentindo, essa reta final. Agradeço a minha mãe e ao meu pai, por confiarem em mim, acreditarem que seria possível, mesmo diante de um início tão difícil. Agradeço por vibrarem comigo a cada conquista e a cada matéria. Faço parte da geração da família que teve a oportunidade de fazer uma graduação e no meu caso, isso se deve a vocês dois, Sirlene e Manoel, sou extremamente grata pela educação, suporte e possibilidades que vocês me ajudaram a alcançar.

Agradeço a todos que encontrei nos meus anos de UnB, em especial aos meus cactos, que estiveram ao meu lado em absolutamente todos os momentos, desde os mais alegres, até às crises e dúvidas, passamos por momentos cansados e tristes, mas agora cá estamos nós. Eu quero estar ao lado de vocês, para vibrar com cada uma das suas conquistas, que eu sei o quão incríveis vão ser. Vivenciamos uma vida juntos dentro da UnB e eu espero dar continuidade, juntos, agora que a finalizamos.

Agradeço a Universidade de Brasília, por ter sido mais formidável do que eu esperava, em meus mais singelos sonhos. Agradeço por todos os aprendizados, experiências, amigos feitos e bons momentos vivenciados. Sou grata também pelos momentos difíceis, de receios e incertezas, mas mesmo em meio às turbulências da minha vida acadêmica, olhar a imensidão da UnB, respirar o ar enérgico e repleto de sonhos que a universidade emana, me fornecia uma outra perspectiva, maior esperança e a sensação de pertencimento. Será para sempre uma etapa memorável da minha vida, ao meu até então, maior sonho, só posso agradecer por tê-lo vivido.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica acerca do emprego e desemprego sob as perspectivas da teoria econômica ortodoxa e heterodoxa. Abrangendo as concepções sobre o mercado de trabalho dos principais teóricos que englobam cada vertente, tendo como função a análise sobre o desemprego voluntário, involuntário e tecnológico em uma esfera conceitual e no que tange a economia brasileira. Além de correlacionar os conceitos teóricos com o contexto da economia brasileira nos últimos 20 anos, por meio de três óticas: Desemprego e Evolução do Salário-Mínimo; Desemprego e Crescimento do PIB e Desemprego e Desenvolvimento Tecnológico. Nesse sentido, serão utilizados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD e da base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o mercado de trabalho brasileiro e o desemprego.

**Palavras-chave: Mercado de Trabalho, Emprego, Desemprego, Ortodoxos e Heterodoxos**

## **ABSTRACT**

The following work aims to make a bibliographic review on employment and unemployment under the perspective of the orthodox and heterodox economic theories. It covered the concepts related to the job market of the main authors of each viewpoint to analyze the voluntary, involuntary and technological unemployment. It also correlated those theoretical concepts with the context of the Brazilian economy for the last 20 years by analyzing three optics: “Unemployment and the Evolution of the Minimal Wage”, “Unemployment and GDP Growth” and “Unemployment and Technological Development”. In that sense, the analysis was based on the National Household Sample Survey (PNAD) and the Institute for Applied Economic Research’s (Ipea) Brazilian work market database.

**Keywords: work market, employment, unemployment, orthodox and heterodox.**



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Mercado de Trabalho.....	15
<b>GRÁFICO 2</b> - Primeira Versão da Curva de Phillips.....	17
<b>GRÁFICO 3</b> - Versão de Friedman da Curva de Phillips.....	18
<b>GRÁFICO 4</b> - Oferta de Trabalho.....	30
<b>GRÁFICO 5</b> - Determinação do Ponto de Demanda Efetiva.....	32
<b>GRÁFICO 6</b> - Comparação do Percentual de Aumento Anual do Salário-Mínimo Real e da Média Anual de Desocupação RMs.....	49
<b>GRÁFICO 7</b> - Comparação do Percentual de Aumento Anual do Salário-Mínimo e a Média Anual da Taxa de Desocupação.....	49
<b>GRÁFICO 8</b> - Comparação entre o Salário-Mínimo Real Mensal e População Desocupada – RMs.....	50
<b>GRÁFICO 9</b> - Comparação entre Salário-Mínimo Real Mensal e a População Desocupada (nacional).....	51
<b>GRÁFICO 10</b> - Comparação da Massa Salarial Real e o Salário-Mínimo Real.....	51
<b>GRÁFICO 11</b> - Comparação da Massa de Rendimento Real Per Capita e do Salário-Mínimo Real.....	52
<b>GRÁFICO 12</b> - Comparação entre o PIB - Industrial e o PIB a Preços de Mercado.....	54
<b>GRÁFICO 13</b> - Comparação entre PIB - Preços de Mercado (R\$) com a Média Anual da População Desocupada – RMs.....	56
<b>GRÁFICO 14</b> - Comparação entre o PIB - Consumo Final e o Salário-Mínimo Real.....	57
<b>GRÁFICO 15</b> - Comparação entre o PIB - Consumo Final e a Média Anual da População Desocupada – RMs.....	58
<b>GRÁFICO 16</b> - Comparação PIB - Preço de Mercados e a Média da Taxa de Desocupação.	59
<b>GRÁFICO 17</b> - Comparação PIB - Consumo Final e Salário-Mínimo Real.....	60
<b>GRÁFICO 18</b> - Comparação do PIB - Consumo Final e da Média da Taxa de Desocupação..	61
<b>GRÁFICO 19</b> - Comparação entre o PIB - Formação Bruta de Capital e o PIB - Preços de Mercado.....	61
<b>GRÁFICO 20</b> - Comparação entre PIB - Formação Bruta de Capital e a Média da Taxa de Desocupação.....	62

<b>GRÁFICO 21 - Comparação entre o PIB - Preços de Mercado e a Taxa de Juros Selic /</b>	
Over.....	63
<b>GRÁFICO 22 - Comparação entre o PIB - Formação Bruta de Capital (R\$) e a Taxa de Juros</b>	
Selic Over.....	64
<b>GRÁFICO 22 - População empregada e superpopulação relativa no Brasil (2012-2020).....</b>	<b>68</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1 - Relação da Média de Salários-Mínimos e Variação Percentual.....</b>	<b>47</b>
---	-----------

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO 1 - O EMPREGO E O DESEMPREGO PARA A ORTODOXIA ECONÔMICA .....	13
1.1. Síntese Neoclássica.....	13
1.2. Novos Clássicos.....	29
1.3. Novos Keynesianos .....	22
2. CAPÍTULO 2 - O EMPREGO E O DESEMPREGO PARA A HETERODOXIA ECONÔMICA .....	25
2.1. Heterodoxia .....	25
2.2. Pós-Keynesianos: Desemprego Involuntário .....	25
2.3. Marxismo: Desemprego Tecnológico .....	34
3. CAPÍTULO 3 - A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL.....	41
3.1. Desemprego Aberto, Desemprego por Desalento e Subemprego.....	41
3.2. Desemprego e a Evolução do Salário-Mínimo: Visão Ortodoxa .....	43
3.3. Desemprego e o Crescimento do PIB: Visão Pós-Keynesiana.....	54
3.4. Desemprego e o Desenvolvimento Tecnológico: Visão Marxista .....	65
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	75

## INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho é um tema de extrema relevância e depois da pandemia tornou-se ainda mais, porque ela alavancou o grau de desemprego mundial, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O aumento do desemprego gerou uma maior informalidade, redução no número de horas trabalhadas, da participação da mão de obra e acentuou questões de desigualdades entre países e dentro dos mesmos.

O cenário pré-pandêmico da economia mundial já dispunha de alta nas taxas de desemprego, em países desenvolvidos e em desenvolvimento decorrente do extenso processo de liberalização das economias, que vem ocorrendo nas últimas décadas, conduzindo a economia mundial à queda nas taxas de crescimento econômico, maiores índices de desemprego, desigualdade e agravando os níveis de concentração de renda.

O presente trabalho tem como finalidade tratar o que determina, salários e desemprego nas diferentes teorias econômicas. Os economistas divergem e apresentam concepções diferentes sobre esta temática, sobre o que causa e quais as políticas passíveis de reversão do quadro atual. De forma a explorar as diferenças teóricas sobre o assunto, dividiremos a análise entre a concepção ortodoxa e heterodoxa do mercado de trabalho.

Segundo MOLLO (2004), os ortodoxos são os que aceitam a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda, no curto ou longo prazo, enquanto os heterodoxos negam a Lei de Say e TQM em qualquer período de tempo. Os ortodoxos concebem o mercado de trabalho como estruturado pela oferta e pela demanda, que segundo estes teóricos, se as forças de mercado forem livres, o desemprego é eliminado pelo movimento dos salários. O desemprego nesta concepção só pode ser transitório ou voluntário, decorrente da desistência do emprego, conforme a desutilidade do trabalho. Será analisado de forma aprofundada, o que leva o desemprego a ser voluntário ou transitório para os ortodoxos. Entre os ortodoxos estão os neoclássicos, novos-clássicos e novos-keynesianos.

A visão keynesiana que analisaremos aqui é a do final da vida de Keynes, que o torna diferente dos neoclássicos. Trata-se da visão chamada pós-keynesiana. Eles concordam com o salário como recompensa pela contribuição marginal do fator trabalho, mas não que os salários

sejam recompensados pela desutilidade marginal do trabalho, devido a ver o desemprego como involuntário. Explicar o porquê de o desemprego ser involuntário é nosso objetivo na monografia.

Divergindo da concepção ortodoxa e keynesiana, os marxistas têm a capacidade de trabalhar humana, a força de trabalho, como uma mercadoria a ser vendida e o salário paga a força de trabalho.

O sistema capitalista, para os marxistas, com a constante busca por lucros e superlucros fomentam o progresso tecnológico, que tende a originar o desemprego tecnológico, que se pauta na introdução de maquinário que aumenta a produtividade do trabalhador e reduz a desutilidade dos trabalhadores. Entender por que a força de trabalho se torna mercadoria no capitalismo, como se determinam os salários e de onde surge e por que o desemprego, é nosso objetivo também nesta monografia.

# 1. CAPÍTULO 1 - O EMPREGO E O DESEMPREGO PARA A ORTODOXIA ECONÔMICA

## 1.1 A Síntese Neoclássica

O mercado de trabalho para os pensadores Neoclássicos é estruturado pela oferta e demanda, que são determinantes respectivamente do preço e da quantidade de equilíbrio. A venda do fator de produção trabalho, para os neoclássicos, gera perda de utilidade e o salário é a recompensa. Embasando-se em uma economia de livre concorrência, em que os mercados se auto regulam, conduzindo a economia a um equilíbrio de pleno emprego, no qual haveria satisfação de todos os agentes, devido aos trabalhadores receberem estritamente a desutilidade marginal do trabalho e as empresas remunerarem a contribuição marginal do trabalho.

Neste mercado de trabalho a oferta de mão de obra, relaciona-se com a maximização do bem-estar do indivíduo, a partir do *trade off* entre trabalho e lazer. A utilidade marginal do trabalho se expõe através da curva de oferta por parte dos trabalhadores que “é uma função crescente do salário real, indicando o ‘desprazer’ com o trabalho, ou seja, a desutilidade marginal do trabalho que só pode ser compensada se os salários reais forem maiores na medida em que o trabalho aumenta” (DATHEIN, 2000, p. 36). A demanda por mão de obra visa maximizar os lucros da firma, por meio da diferença entre a receita e os custos da remuneração dos fatores de produção.

A contribuição marginal do fator trabalho, para com a produção, está por trás da curva de demanda por parte das firmas que “é a curva de produtividade física marginal da mão-de-obra, tendo sido derivada da função de produção da economia e sendo uma função inversa do salário real, devido à existência de rendimentos decrescentes da mão-de-obra” (DATHEIN, 2000, p. 36). Entende-se por equilíbrio no mercado de trabalho a interseção das curvas de oferta e demanda, que estabelecem o nível de pleno emprego da economia.

Dentro da economia neoclássica, por meio do *trade off* entre trabalho e lazer, os trabalhadores tomam suas escolhas de forma a maximizar o bem-estar pessoal. A decisão entre trabalhar mais ou obter mais lazer, se baseia no salário real que o indivíduo vai receber pela desutilidade marginal do trabalho. “Os trabalhadores direcionam sua atenção para o salário real,

não estão preocupados com os salários nominais que recebem, e sim com os salários nominais ( $W$ ) que recebem em relação ao preço dos bens que compram ( $P$ ). Eles se preocupam com ( $W/P$ )” (BLANCHARD, 2017, p. 157), que corresponde a função matemática do salário real:  $W/P = F(u, z)$ . Sendo ‘ $u$ ’ a taxa de desemprego e ‘ $z$ ’ corresponde às demais variáveis que podem impactar os níveis de salário (BLANCHARD, 2017, p. 160).

O salário determina se o trabalhador é indiferente entre ficar desempregado ou trabalhar, tendo o poder de negociação, com base no custo para a empresa substituí-lo e a dificuldade que este teria de encontrar outro emprego (BLANCHARD, 2017, p. 155). Sendo os salários flexíveis, se estes se encontrarem acima do nível de equilíbrio “o emprego será determinado sobre a curva de demanda, uma vez que os trabalhadores desempregados estariam exigindo salários superiores à sua produtividade marginal e, por isto, a diferença com a curva de oferta representaria o desemprego voluntário” (DATHEIN, 2000, p. 37). De forma inversa, se os salários estiverem abaixo do equilíbrio, o emprego será expresso sob a curva de oferta.

Conforme a quantidade de capital aumenta, a função de produção sinaliza que tem um produto marginal de capital decrescente. No curto prazo, nem todos os fatores de produção podem aumentar, utilizando-se do conceito de custo marginal no mercado de trabalho, em que a unidade adicional de indivíduos contratados aumenta a produção em níveis decrescentes. “Quando ( $k$ ) é baixo, o trabalhador conta com apenas uma pequena quantidade de capital com que trabalhar, de modo tal que uma unidade adicional de capital é bastante útil e gera uma grande quantidade adicional de produção” (MANKIW, 2015, p. 298).

O último contratado produz menos que o contratado anterior, conduzindo o empresário a querer compensar a queda na produção do último trabalhador, contratando mais trabalhadores, se os salários se reduzirem. Quanto mais trabalhadores a firma empregar, maior será sua produção, sendo que “o produto marginal da mão de obra (PMgL) é a quantidade adicional de produção que a empresa obtém a partir de uma unidade adicional de mão de obra, mantendo fixa a quantidade de capital” (MANKIW, 2015, p. 108).

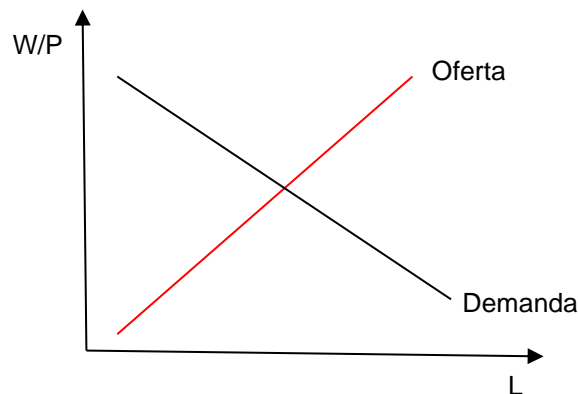
Contudo, conforme menor for o salário, mais trabalhadores serão contratados, de forma que a queda dos níveis de salário passa a compensar a queda de contribuição marginal do trabalhador. Quanto menores forem os níveis de salário, mais trabalhadores vão estar dispostos



a não trabalhar, devido ao salário não recompensar a desutilidade marginal para a maior quantidade de trabalhadores.

Tendo esclarecidas as concepções sobre oferta de mão de obra e demanda por trabalho, a economia segundo pensadores neoclássicos, dispondo de concorrência perfeita e mecanismos de mercados fluam livremente, atinge o ponto de pleno emprego por meio do auto ajuste de preços.

**Gráfico 1 – Mercado de Trabalho**



Fonte: Elaboração Própria

O nível de equilíbrio da economia consiste pelo lado da oferta, nos salários recompensarem a desutilidade marginal do trabalho e pelo lado da demanda, nos salários se igualarem a produtividade marginal do capital. De acordo com a teoria neoclássica “são os trabalhadores os responsáveis por seu desemprego ou pleno emprego e, além disso, são responsáveis também pelo produto ser pleno ou não” (DATHEIN, 2000, p. 39).

“Se um sindicato de trabalhadores muito forte conseguir impor um salário real acima do salário de equilíbrio, isto produzirá desemprego de mão-de-obra e também de capital, visto que a economia funcionará abaixo de sua plena capacidade” (DATHEIN, 2000, p. 39)

O desemprego ocasiona em uma maior oferta de mão de obra, que não é atendida pela demanda, conseqüentemente “um aumento da taxa de desemprego, diminui os salários” (BLANCHARD, 2017, p. 158). Em economias de competição perfeita, o mercado tende novamente ao equilíbrio por meio do autoajuste de salários, caso estes estejam acima do equilíbrio, o desemprego ocasiona redução dos salários nominais “que produzem menores

salários reais, visto que o nível de preços não é determinado por custos de produção, mas pela oferta monetária exógena, segundo a Teoria Quantitativa da Moeda” (DATHEIN, 2000, p. 37), sendo o contrário válido pela mesma premissa. Por conseguinte, o equilíbrio de pleno emprego sempre será alcançado, devido ao mercado de trabalho tender ao ponto de equilíbrio quando a economia é deixada fluir livremente, com preços e salários se ajustando, havendo apenas desequilíbrios transitórios, que por meio de reajustes de salário, são conduzidos novamente ao equilíbrio.

Compreende-se, assim, que o desemprego para os pensadores neoclássicos é “Voluntário, quando algumas pessoas desistem de trabalhar porque o salário não paga a desutilidade do trabalho ou do ócio perdido. Friccional, ou transitório, quando o desemprego ocorre durante o intervalo de tempo entre a saída de um posto de trabalho e a ocupação de outro pelo trabalhador” (MOLLO, 2001, p.72). Os Novos Clássicos e Novos Keynesianos, que serão abordados a seguir, compreendem o mercado de trabalho, salário e o desemprego desta mesma forma: consentem na solução do desemprego, como uma manobra de permitir que o salário caia para assim igualar a quantidade ofertada e demandada de trabalho.

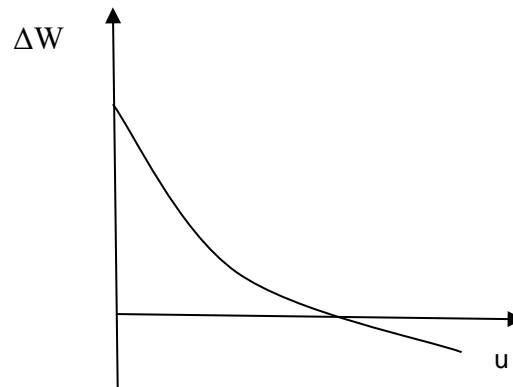
Os neoclássicos postulam que a firma tem como objetivo maximizar o lucro e isso pode ser expressa por uma função de produção  $Y = F(K, L)$ , onde ( $Y$ ) representa uma função de produção agregada; ( $F$ ) é uma função, ( $K$ ) aponta o capital utilizado para a produção e ( $L$ ) sintetiza o trabalho usado pela firma.

A função de produção dispõe de retornos constantes de escala, sendo possível representar todos os valores da economia, em termos de cada trabalhador individual, a função de produção pode também ser expressa por  $y = f(k)$ , onde  $y = Y/L$  e representa a produção por trabalhador e  $k = K/L$  é equivalente ao capital por trabalhador. A produtividade marginal do capital é expressa em termos matemáticos pela função  $PMgK = f(k + 1) - f(k)$  e por meio da inclinação da função de produção, elucida a quantidade adicional gerada por um trabalhador, ao considerar uma unidade adicional de capital.

O trabalho empírico do teórico W. Phillips (1958) apresentou uma relação hiperbólica, entre as variáveis desemprego e salário nominal, originando assim a primeira versão da Curva de Phillips. Nela é possível observar uma relação inversa entre a taxa de desemprego ( $u$ ) e os

salários nominais ( $\Delta W$ ). Nessa primeira versão da Curva de Phillips, “é a demanda efetiva que determina o nível de emprego e que afeta a taxa de variação do salário nominal, o que lhe dá um caráter keynesiano” (DATHEIN apud AMADEO, 1982:55)

**Gráfico 2 - Primeira Versão da Curva de Phillips**



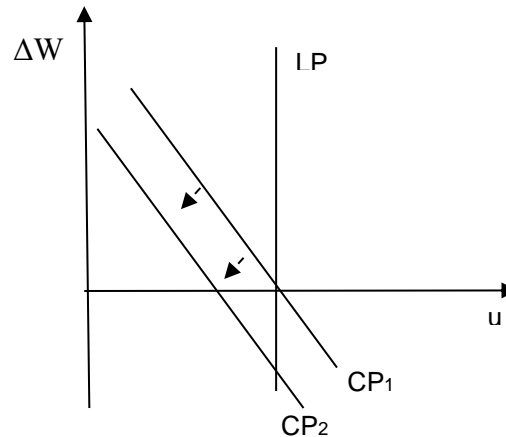
Fonte: DATHEIN, Ricardo. **O Crescimento do Desemprego nos Países Desenvolvidos e sua Interpretação / pela Teoria Econômica: As abordagens Neoclássicas, Keynesiana e Schumpeteriana**, Campinas, 2000, p.47.

Os economistas Samuelson e Robert Solow repetiram o exercício de Phillips para os Estados Unidos, modificando o original, ao utilizar a relação entre inflação e taxa de desemprego. Eles concluíram que a inclinação negativa da Curva de Phillips, “indicava que um aumento do nível de desemprego poderia moderar ou eliminar o aumento de preços (...) existia um dilema de escolha para sociedade entre nível de desemprego e inflação” (CARVALHO,1992, p. 230 - 231). Em meados da década de 70 não havia mais relação entre desemprego e inflação na economia americana, “em alguns períodos, a relação entre a inflação e o desemprego é positiva, isto é, quando o desemprego aumentou, a inflação também aumentou - conformando a situação que ficou conhecida como estagflação” (CARVALHO,1992, p. 231).

Dentre as alterações que a Curva de Phillips sofreu ao longo dos períodos, uma delas foi desenvolvida por Friedman e Phelps, e foi inspirada pelas críticas que estes teóricos postularam acerca da ausência de micro fundamentação da curva de Phillips e pelo fato de que as curvas anteriores não conseguiam explicar a estagnação da economia. Segundo Friedman “não seria qualquer inflação positiva que deslocaria a taxa corrente de desemprego da taxa natural. Isso teria ocorrido no passado porque as expectativas dos agentes eram de inflação aproximadamente zero” (CARVALHO, 1992, p. 233). Isso ocasionou em uma nova versão da Curva de Phillips, de cunho neoclássico monetarista.

“Pode-se perceber que, após ter sido implementada uma política monetária que aumenta a taxa de inflação e reduz o desemprego, os trabalhadores sempre acabam percebendo que foram iludidos e retornam à condição original de desempregados voluntariamente em que sua satisfação era maximizada. Percebe-se que, de fato, este *equilíbrio é estável*. O desemprego aumenta novamente e a taxa corrente volta a igualar-se à taxa natural. Para que o desemprego permaneça abaixo da taxa natural é necessário que os trabalhadores sejam iludidos continuamente.” (CARVALHO, Fernando J. Cardim, 2015, p.117)

**Gráfico 3 - Versão de Friedman da Curva de Phillips**



Fonte: DATHEIN, Ricardo. **O Crescimento do Desemprego nos Países Desenvolvidos e sua Interpretação / pela Teoria Econômica: As abordagens Neoclássicas, Keynesiana e Schumpeteriana**, Campinas, 2000, p.48.

A versão de Friedman da curva de Phillips é aceleracionista e pode descrever a situação em que a taxa de desemprego permanece abaixo do desemprego natural, onde variações de preço são função direta da expansão monetária e que “os salários reais esperados superiores aos vigentes seriam apenas uma ilusão passageira para os trabalhadores. Estes abandonaram o desemprego voluntário porque estavam iludidos” (CARVALHO, 2015, p.118).

Tendo como válida a premissa de ilusão monetária, por parte dos trabalhadores, “Os empresários só aumentariam o emprego com salários reais menores, os quais os trabalhadores não percebem, visto que a oferta de trabalho dependeria não do salário real efetivo, mas do salário real esperado (segundo Friedman) ou do salário nominal relativo (segundo Phelps)” (DATHEIN, 2000, p. 47). O resultado disso seria um aumento de oferta e demanda por mão-de-obra e a curva de Phillips, de curto prazo, teria um deslocamento para a esquerda.

Similarmente, ela retornará para a direita, quando os trabalhadores notarem a ilusão monetária e compreenderem que houve também um aumento no índice de preços, não somente aumentos nominais e que não houve reajuste de salário real, levando novamente a redução da

oferta de mão de obra e direcionando o deslocamento para a direita. Sendo assim, para a versão de Friedman da curva de Phillips, “depois de algum tempo, os impactos reais sobre a produção e a renda e sobre o emprego revelam-se nulos. O aumento do estoque de moeda levaria somente a maiores salários nominais e a um nível de preços acrescido, mas com salários reais constantes” (DATHEIN, 2000, p. 48).

## 1.2. Novos Clássicos

Os Novos Clássicos e Novos Keynesianos, concordam com a visão sobre o mercado de trabalho neoclássico, mas discordam quanto à curva de Phillips. A teoria Novo-Clássica, segundo DATHEIN, (2000) faz crítica aos modelos keynesianos e monetaristas ao eliminar as divisões teóricas entre o curto e o longo prazo, evidenciadas pela Curva de Phillips.

Os Novos - Clássicos apresentam um modelo de trabalho neoclássico, composto por perfeita flexibilidade salarial e market clearing, onde segundo a HER os salários e preços são definidos conforme as expectativas futuras (DATHEIN, 2000). Para eles a Curva de Phillips é vertical no nível de desemprego natural, porque os trabalhadores são racionais, com a racionalidade sendo defendida como antecipação de resultados, como o modelo considerado relevante é o da TQM, estes antecipam o crescimento de inflação e rejeitam, logo, o emprego.

Devido a validade, da Curva de Phillips, para esses pensadores ser somente no curtíssimo prazo, quando se tem uma questão de informação imperfeita, para além disso, ela não é válida no curto e nem no longo prazo. Devido a informação ser imperfeita, mesmo que os agentes sejam racionais, suas expectativas podem ser falhas, por conta da a informação ser assimétrica, o que os leva a uma ilusão monetária. No curto e no longo prazo, não vai existir o *trade-off* entre inflação e desemprego, pois a informação será completa e os agentes vão ter acesso perfeito a ela, assentindo a moeda como neutra, invalida a Curva de Phillips, logo, ela não é válida no longo e nem no curto prazo.

Robert Lucas, Thomas Sargent e Neil Wallace, primeiros teóricos da teoria Novo Clássica, afirmam que a moeda é neutra no curto prazo e as políticas monetárias, não afetam a economia real.

“O que diferencia basicamente as ideias de Lucas das de Friedman é que o primeiro acredita que se os agentes são maximizadores de satisfação, então, eles otimizam também a utilização das informações que recebem. Isto implica que não formam expectativas olhando unicamente para trás (backward-looking), mas também olham para o futuro (forward-looking). As expectativas não são adaptativas, mas são, sim, do tipo que ficou conhecida como racionais.” (CARVALHO, 2015, p.128)

Para os Novos Clássicos, a política monetária é ineficiente para com variáveis reais, ou seja, no curto prazo essa só possui efeitos reais se houver um choque monetário imprevisível. Um aumento de moeda em circulação na economia, divulgado pelas autoridades competentes, direciona os agentes a elevar preços e salários. A antecipação dos agentes acerca das consequências da política monetária expansionista, desencadeia em um aumento nos níveis inflacionários. Essa política só será eficiente, para elevar produto e emprego em uma economia de curto prazo, se for advinda de choques imprevisíveis, não possibilitando aos agentes a antecipação de seus resultados.

“Portanto, estas informações imperfeitas produzem desequilíbrios auto-elimináveis de curto prazo. Têm-se, assim, no máximo, flutuações econômicas aleatórias de curto prazo e autocorrigíveis, de forma que crises deixam de ser uma categoria econômica, e as políticas econômicas perdem sua relevância, a não ser no sentido negativo, de provocarem distúrbios econômicos se forem imprevisíveis.” (DATHEIN, 2000, p.55)

A construção teórica de que a política monetária é ineficaz para alterar variáveis reais e então alterar o emprego se pauta na hipótese dos novos clássicos de que uma taxa corrente de desemprego, combinada com a taxa natural, leva a economia a um ponto de equilíbrio. Para os novos clássicos, “independentemente da posição da taxa corrente de desemprego em relação à taxa natural, a economia estará sempre em equilíbrio, já que as famílias e as firmas estão sempre agindo racionalmente, isto é, buscando maximizar, respectivamente, satisfação e lucro” (CARVALHO, 2015, p.128). As políticas monetárias expansionistas, se os agentes detêm conhecimento, não desencadeiam em um aumento nos índices de emprego e do produto real, levam exclusivamente ao aumento geral nos níveis de preço e do estoque de moeda (CARVALHO, 2015).

Segundo a crítica de Lucas, “quando os agentes estão informados de que uma política econômica será implementada, eles devem alterar suas expectativas, alterando o resultado esperado sob condições expectationais do passado” (CARVALHO, 2015, p.128). As Expectativas Racionais deduzem que os agentes compreendem os processos econômicos, retêm informações essenciais e aprendem com as experiências, não repetindo assim os mesmos erros, possibilitando insumos precisos de inviabilizar políticas econômicas previsíveis. Isso tudo

porque a racionalidade é defendida como antecipação dos resultados da realidade que consideram relevante, que é o que orienta o equilíbrio decorrente da TQM.

Tendo os agentes como maximizadores, que otimizam a informação, estabelecem expectativas e antecipam o comportamento do modelo considerado relevante para eles que é o modelo ortodoxo que garante o equilíbrio de pleno emprego. Esta é a Hipótese das Expectativas Racionais. Precisamente, a base das expectativas racionais é a teoria econômica que consideram relevante e o estoque de informações (DATHEIN, 2000).

Na teoria dos novos clássicos os agentes erram ao serem surpreendidos quando políticas monetárias de conhecimento exclusivo do Estado são aplicadas. Isso causa decepção das expectativas de variação do estoque monetário e altera o nível de preços (CARVALHO, 2015). A taxa de desemprego não coincidirá com a taxa natural, visto que isso ocorre somente quando políticas monetárias de conhecimento exclusivo do estado forem sancionadas “qualquer conjunto de decisões individuais que possa afastar a economia da taxa natural é necessariamente fruto de erros expectacionais” (CARVALHO, 2015, p.134).

Os ciclos reais de negócios são uma extensão das expectativas racionais e constituem parte das teorias Novo - Clássica, dispondo da estrutura Neoclássica de acumulação de capital, onde flutuações tecnológicas causam mudança nos preços relativos, levando a alterações racionais nas ofertas e consumo.

Em uma economia competitiva, choques tecnológicos podem levar a variações no emprego e na atividade econômica. A Teoria dos Ciclos Reais tem os preços como flexíveis e a moeda como neutra, no curto prazo. Os choques de produtividade são a causa primordial de flutuações econômicas, bem como as alterações no produto e emprego, que são respostas ótimas, ou seja, Pareto eficientes a mudanças exógenas e oriundas de choques reais, que levam a autorregulação dos mercados fazendo com que permaneçam em equilíbrio. Esse comportamento cíclico da economia é refletido na taxa de desemprego, onde somente choques reais de produtividade e oferta de trabalho podem causar variações no nível de desemprego (DATHEIN, 2000).

Tendo em vista que os fundamentos anteriores se embasaram na análise de desemprego natural, onde os indivíduos não trabalham devido ao salário não compensar a desutilidade marginal do trabalho os Novos Clássicos voltaram-se para a mudança setorial, como linha de pesquisa para explicar o desemprego verificado em meados das décadas de 70/80 e com isso trataram de explicar o desemprego friccional, que devido a variação de fatores reais existem, em decorrência, mudanças setoriais. Em que alguns setores são criados e outros excluídos do mercado, ou alguns crescem mais que outros devido a essas mudanças na economia real.

Assim, trabalhadores deveriam migrar de um setor para outro, mas isso não acontece inicialmente, pois alguns trabalhadores podem ter que se especializar na nova área, ou o emprego gerado está em uma região distinta. Porém com o tempo tal desequilíbrio seria retomado, gerando em consequente um equilíbrio pareto eficiente.

Com isso os Novos Clássicos, concluem que situações de desequilíbrio e desemprego são devidas a fatores exógenos ao mercado e ao se restabelecer o equilíbrio, este será pareto eficiente.

### **1.3. Novos Keynesianos**

Os Novos - Keynesianos concordam com o modelo de mercado de trabalho neoclássico de cunho Keynesiano, em que a rigidez de preços e salários são causadas por concorrência imperfeita. Esses teóricos se pautam nos pressupostos de agentes racionais que maximizam as informações, antecipam resultados e baseiam-se em fundamentos microeconômicos de rigidez de preços e salários, os quais provocam flutuações econômicas e desemprego (DATHEIN, 2000). Diferenciam-se dos Novos Clássicos, por conta do tempo de demora para atingir o equilíbrio, em função de que os preços relativos custam a crescer. Atribui-se isso a rigidez de preços e aos *menu costs*, custos de contratação e demissão, que estimulam certa demora para com o crescimento do nível geral de preços, de forma proporcional, como diz a Teoria Quantitativa da Moeda e para que o desemprego seja resolvido quando ele aparece.

Dentro dessa economia há concorrência imperfeita, que desenvolve externalidades de demanda agregada, levando a custos sociais de inflexibilidade de preços, maiores que os custos privados, assegurando a validade da Hipótese das Expectativas Racionais (DATHEIN, 2000).



O ajustamento de preços, na visão econômica dos Novos Keynesianos, ocorre em meio ao modelo de *menu costs*, que estabelece variações de preços antecipadamente, entretanto “mesmo quando ocorrem variações de demanda, as decisões de mudanças de preços por parte da firma são postergadas, porque estas implicam reestruturação de custos” (FILHO,1996, p.91).

Os desequilíbrios do mercado de trabalho, para os Novos Keynesianos, podem ser elucidados por modelos de contrato implícito, salário-eficiência e distinção entre *insider-outsider*.

Com base no modelo de ajustes de preços, incorporado pelos novos keynesianos, o *menu costs*, pode fazer com que as firmas mantenham preços antigos, apesar da perda resultante da rigidez de preços. Isso ocorre porque, de forma monopolística, as firmas podem não cortar preços e salários para ajustar oferta e demanda, embora os benefícios disso para a economia como um todo sejam grandes, pode não ser para elas, devido às "firmas monopolisticamente competitivas não têm muito incentivo para reduzir seus preços quando a demanda por seus bens declina” (MANKIW, 1990, p.14).

“A rigidez do salário real impede a queda dos preços como resposta à redução da demanda agregada. A rigidez do salário real impede a queda dos salários, como resposta ao desemprego resultante. Como os salários não caem, os custos da firma permanecem altos e, portanto, asseguram que elas tenham pouco incentivo a reduzir os preços”(MANKIW, 1990, p.15).

Em virtude das formas de rigidez que contemplam o mercado de trabalho, o modelo de salário de eficiência diz que “as firmas não reduzem salários ao se depararem com desemprego, porque isso reduziria a produtividade” (MANKIW, 1990, p.15). A fim de que expor a relação acerca da fidelidade dos trabalhadores para com a firma, produtividade e da qualidade média da força de trabalho, atenuante ao salário eficiência, dispõe-se que “o esforço de fiscalização das firmas é imperfeito, às vezes os trabalhadores não assumem suas responsabilidades correndo risco de serem demitidos; um salário inferior reduz o custo de ser demitido e portanto aumenta a negligência” (MANKIW, 1990, p.15). Essas são razões para que os salários não diminuam e, por consequência, não corrijam logo o desemprego para os Novos Keynesianos.

Trata-se do salário eficiência, um conceito que está relacionado às empresas obterem melhores resultados econômicos, ao pagarem salários superiores aos estabelecidos pelo mercado e então “nesse sentido, as firmas evitam reduzir salários, porque temem que as referidas quedas de produtividade e de lucro, ao serem realizadas, reduzam a participação delas no mercado” (FILHO,1996, p.90).

Considerando o modelo *insiders - outsiders* esse comporta, respectivamente, trabalhadores qualificados, sindicalizados e desempregados; já os *outsiders* não dispõem de qualificação profissional ou vinculação política. Isto posto, constitui-se a ideia de que o nível de salários é determinado pelos trabalhadores empregados. Em que a presença de custos de demissão de trabalhadores sindicalizados se associa com os custos de seleção, recrutamento e formação dos *insiders* e torna custosa a sua substituição por trabalhadores desempregados com salários mais baixos.

Os custos associados à dificuldade em serem substituídos, garante aos trabalhadores *insiders*, poder de negociação durante o processo de contratação de salários “pelo fato de que os trabalhadores *insiders* utilizam-se do poder sindical para que demissões e reduções de salários sejam evitadas” (FILHO, 1996, p.90 - 91).

O mercado de concorrência imperfeita, segundo a teoria Novo - Keynesiana, age como regulador somente no longo prazo, estimula flutuações econômicas, rigidez do mercado de trabalho e determina a taxa natural de desemprego, que é tida como uma situação de desequilíbrio econômico. A “rigidez nominal causada pelos custos de menu é incrementada pela rigidez real, como os salários de eficiência. Os custos de menu frustram a queda dos preços como resposta a redução na demanda agregada. A rigidez do salário real impede a queda dos salários como resposta ao desemprego” (MANKIW, 1990, p.15).

Devido aos níveis de salário não se reduzirem, os custos para as firmas continuam altos, assim sendo, não se estabelecem incentivos à redução de preços. Diante disso, “mesmo que a rigidez do salário real sozinha seja de pouca ajuda para o entendimento das flutuações econômicas, porque leva apenas ao desemprego clássico e não atribui nenhum papel à demanda agregada, o salário real rígido associado a custos de menu dão uma nova e forte explicação para o desequilíbrio keynesiano” (MANKIW, 1990, p.15).

Os Novos Keynesianos aceitam, então, a curva de Phillips, bem como a não neutralidade da moeda no curto prazo e políticas monetárias com efeito sobre o desemprego de curto prazo, em vista da rigidez de preços, sendo a curva de Phillips vertical no nível de desemprego natural de longo prazo.

## **2. CAPÍTULO 2 - O EMPREGO E O DESEMPREGO PARA A HETERODOXIA ECONÔMICA**

### **2. 1. Heterodoxia**

Os pensadores heterodoxos têm uma concepção diferente acerca da moeda, refutam a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda tanto no curto quanto no longo prazo. O presente trabalho se pauta nas teorias Pós – Keynesianas e Marxistas acerca da heterodoxia.

Os pensadores heterodoxos, ao se contrapor à Lei de Say, passam a contestar as concepções neoclássicas quanto à existência e à chegada ao pleno emprego. Os economistas keynesianos e marxistas se opõem a existência da tendência ao pleno emprego, dispendo de visões distintas dos ortodoxos no que se refere ao mercado de trabalho, salário, emprego e desemprego

### **2.2. Pós Keynesianos: Desemprego Involuntário**

A Teoria Geral de Keynes sugere que uma economia de mercado, ao ser deixada fluir livremente, não tende a alcançar, permanecer ou mesmo retornar à posição de pleno emprego (LIMA, 2003).

Dentre suas concepções a Teoria Geral discorre acerca do desemprego involuntário, contradizendo a teoria neoclássica, a qual afirma haver apenas a possibilidade de equilíbrio no pleno emprego. Além disso, conforme a teoria neoclássica, no equilíbrio existiria apenas o desemprego voluntário, ou seja, aquele que depende da escolha do trabalhador, tendo em vista fatores como salário, a desutilidade marginal do trabalho e lazer perdido.

Keynes associa o desemprego à insuficiência de demanda efetiva (Consumo e Investimento), os quais são insuficientes em vista da incerteza que permeia a economia e a consequente preferência pela liquidez.

“A teoria que eu desejo deve lidar [...] com uma economia na qual a moeda tem um papel própria e afeta motivos e decisões e é, objetivamente, um dos fatores operativos

na situação, de maneira que o rumo dos eventos não pode ser previsto, tanto no longo período quanto no curto, sem o conhecimento do comportamento da moeda dentre o primeiro estado e o último. E é isso que nós devemos querer dizer quando falamos de uma economia monetária.” (KEYNES, 1964, apud LIMA e SICSÚ, 2003, p. 30)

Como elucidada, Carvalho (2015) a moeda retorna como liquidez, em vez de uma compensação pecuniária, em razão de ser o ativo mais líquido da economia “pelo seu atributo de liquidez por excelência, a moeda acalma as inquietações dos agentes diante das incertezas do futuro, que são características de uma economia monetária” (CARVALHO, 2015. p. 45). A concepção de incerteza tida pelos agentes, se pauta no tempo histórico fundamentado por Keynes, em que as decisões econômicas dos agentes mudam o futuro de forma irreversível.

A incerteza transforma as expectativas dos agentes, que preferem maior liquidez frente a imprevisibilidade futura. Sendo a moeda como o ativo mais líquido, essa passa a ser maior demandada, devido à incerteza. A elasticidade da moeda como meio de troca e intemporalidade de valor, expande a utilidade de transação e torna, por meio da preferência pela liquidez, o entesouramento uma ação racional. Pelo do axioma da irreversibilidade do tempo proposto por Keynes, a escolha entre entesourar ou investir, favorece o entesouramento em momentos de incerteza, devido a moeda ser o ativo de maior liquidez da economia.

“E o que provoca essa insuficiência de demanda na economia para os keynesianos? Veremos que, de novo, isso se deve à incerteza que existe na economia e à preferência pela liquidez que ela provoca. Para os keynesianos, na economia capitalista as decisões são descentralizadas, e toda decisão deve ser tomada de acordo com o que se espera do futuro. Quanto maior a incerteza e quanto menor o grau de confiança que o empresário tiver nas próprias conjecturas, mais inseguro estará para tomar a decisão de investir. Quando isso acontece com o conjunto de capitalistas, caem as decisões de investir e, com elas, o investimento. Quando o investimento de hoje diminui, a renda da economia amanhã é muito reduzida. Dessa forma há queda de vendas, demissões de trabalhadores, novas sobras de mercadorias e novas demissões.” (AMADO e MOLLO. 2003. p. 72)

Nesse sentido, os agentes preferem liquidez frente à imprevisibilidade, passando a demandar mais moeda como reserva de segurança, em função da rápida conversão em outros ativos. Em consequência do papel central que ela constitui na economia e da concepção exposta, o pensamento heterodoxo Keynesiano propõe a não neutralidade e endogeneidade da moeda, quebra do fluxo circular da renda e refuta a teoria quantitativa da moeda.

“Assim, quanto maior a incerteza percebida pelos agentes, maior tenderá a ser a retenção de moeda por parte dos mesmos, para fazer frente à imprevisibilidade de um futuro que depende das decisões e comportamentos de todos os outros agentes que operam nesta economia. Quando as expectativas dos agentes são pessimistas, eles

podem demandar segurança e flexibilidade no presente para enfrentar o futuro, representadas por um ativo seguro que é a moeda. A posse da moeda permite aos agentes manter opções abertas perante a incerteza do futuro. Logo, *ceteris paribus*, quanto mais incerto é o futuro, maior é a preferência pela liquidez dos agentes.” (CARVALHO, 2015. p. 45)

Entre as contestações heterodoxas para com a ortodoxia, há a negação dos teóricos Pós - Keynesianos acerca da Lei de Say, a qual afirma que a oferta cria a sua própria demanda. De acordo com os ortodoxos, o não consumo leva a investimento, havendo uma igualdade entre poupança e investimento.

A oferta de moeda, para os teóricos Keynesianos, é endógena e determinada pela autoridade monetária, mercados financeiros e agentes da economia. Os dois últimos possuem influência sobre a incerteza econômica. No caso da demanda por moeda, essa ocorre devido a motivos de transação, precaução e especulação, que correspondem respectivamente a demanda para realização de transações de renda; gastos inesperados e incerteza frente a eventos futuros. Ademais, as curvas de oferta e demanda por moeda, determinam a taxa de juros da economia

Keynes conjectura o papel da moeda na economia por meio do crédito, atribuindo a ele um papel central no desenvolvimento econômico. Os Pós – Keynesianos consideram o crédito bancário como forma de estimular o crescimento econômico, vendo a taxa de juros baixa como importante, a fim de assegurar investimentos. Em vista disso, a determinação do investimento para esses pensadores deriva da taxa de juros que tem que ser menor do que a eficiência marginal do capital, as quais são estabelecidas respectivamente pela preferência pela liquidez e pelas expectativas econômicas. A preferência pela liquidez estabelece a taxa de juros de equilíbrio, por meio da oferta e demanda de moeda, enquanto as expectativas econômicas, são a rentabilidade que os investidores esperam do investimento.

Nesse sentido, a incerteza, a qual não pode ser mensurada matematicamente, define diretamente o nível de investimento real da economia, que afeta a demanda agregada e resulta na multiplicação da renda e do emprego. Conforme o nível de incerteza e de investimento, os agentes colocam a economia em uma situação abaixo do pleno emprego.

Diante de um momento de baixa incerteza econômica, a propensão dos indivíduos a consumir aumenta e a escolha de investir é afetada via efeito multiplicador  $\Delta Y = \frac{1}{1-c} \Delta I$ , em

que  $c$  representa a propensão marginal a consumir e  $Y$  a produção real. Essa propensão está dentro da condição  $[0, 1]$ , de maneira que, quanto mais próxima de zero, menor o efeito multiplicador e vice-versa. Sendo assim, o multiplicador assegura impacto na renda e emprego, quanto maior for o multiplicador ( $\frac{1}{1-c}$ ), maior será o efeito do investimento frente às respectivas variáveis e então a multiplicação da renda e do emprego.

Conforme o multiplicador acima, havendo a decisão de investir por parte dos agentes, o mercado de trabalho se aquece, gerando novas vagas, dispondo de melhores salários, o que tende a proporcionar aumento de renda na economia, via efeito multiplicador.

O nível de produção e emprego da economia, segundo Keynes, é determinado pelas funções de demanda e oferta agregada. A função de Demanda Agregada “revela para cada nível de emprego, o rendimento que as firmas esperam pela venda da produção derivada do emprego desse volume de mão de obra” (MISSIO, 2007, p.548) tal qual é definida por meio da preferência de liquidez dos agentes.

O princípio da demanda por trabalho está diretamente atrelado ao primeiro postulado clássico, que foi aceito por Keynes, em seu trabalho *Teoria Geral do Emprego, Juros e da Moeda*. A teoria ortodoxa presume com esse postulado que o salário real é igual ao produto marginal do trabalho. Assim sendo, é estabelecido que o salário de um indivíduo empregado se iguala ao valor que este perderia se o emprego fosse reduzido em uma unidade. Segundo Amadeo (1986), ao determinar que as firmas estão em equilíbrio contínuo, a maximização dos lucros em meio a competição perfeita, provoca a seguinte curva de demanda por trabalho:

$$N^d: \frac{W}{P} = e(N) \quad (1)$$

Com isso, Amadeo (1986) expõe a hipótese de retornos marginais decrescentes e destaca  $N^d$  como uma função decrescente do salário real, em que,  $e'(N) < 0$ .

A despeito disso, a função de Oferta Agregada, associada à ideia de preço de oferta global do produto resultante do emprego, pauta-se na soma das receitas mínimas que justificam o emprego dos fatores, isto é, “o que os empresários desejam receber para cobrir os custos

salariais e o custo de oportunidade” (MISSIO, 2007, p.548).

O segundo postulado da teoria clássica, que fórmula que a utilidade do salário, quando um dado volume de trabalho é empregado, se iguala à desutilidade marginal do emprego, é rejeitado por Keynes: “não é que Keynes rejeita a existência de uma função de oferta de trabalho, mas sim que os trabalhadores não conseguem fazer com que qualquer função desse tipo seja satisfeita” (AMADEO, 1986, p.311), porque mesmo que os salários estejam baratos, os indivíduos precisam trabalhar. Nesse sentido há uma independência entre a determinação do salário nominal e a existência de uma função de oferta de trabalho, que possa transmitir as preferências dos funcionários.

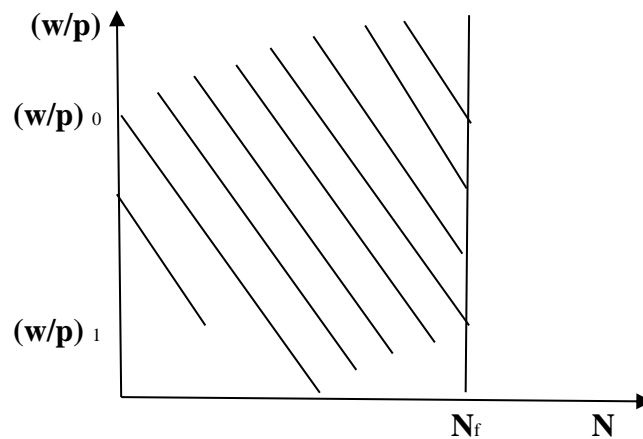
Ainda sobre o segundo postulado da teoria ortodoxa, na visão Keynesiana, este está sujeito a duas objeções centrais, a primeira refere-se ao fato de que “durante o processo de barganha salarial os trabalhadores não podem determinar o salário real, mas apenas o salário nominal (...) na medida em que o preço dos bens- salários dependem do nível de demanda agregada” (AMADEO, 1986, p. 312). Por sua vez, a segunda objeção leva em consideração o nível esperado de preços e se pauta na não razoabilidade, referente aos trabalhadores abandonarem os empregos devido a elevação nos preços dos bens - salários.

Keynes sugere que a oferta de trabalho está implicitamente ligada a preferência dos agentes em trabalharem em detrimento do ócio, visto que “eles irão se ater a um contrato (especificado em termos de uma taxa de salário nominal e uma dada “jornada de trabalho”) para uma gama de salários reais. Ou (...) os trabalhadores empregados manterão seus contratos mesmo se houver um pequeno aumento no nível de preços dos bens salário” (AMADEO, 1986, p. 312).

Os apontamentos observados por Keynes, podem ser expressos por uma discreta curva de oferta de trabalho, como a apresentada no gráfico abaixo, em que  $N_f$ , representa o pleno emprego. Salários abaixo de  $(\frac{W}{P})_1$ , incitam recusa dos trabalhadores a trabalhar, podendo haver períodos de greve. De maneira contrária, nos casos de salários maiores que  $(\frac{W}{P})_0$  há aceitação do trabalho, sob regime de hora extra.



Gráfico 4 - Oferta de Trabalho



Fonte: AMADEO. Sobre Salários Nominais: As Críticas à Abordagem de Keynes.1986 p. 312

As situações expostas são anormais e pode-se assumir que “a área sombreada no gráfico representa o conjunto de oferta de trabalho. Se, agora, sobrepomos a curva de demanda, existe um conjunto de pontos de equilíbrio potenciais correspondente ao segmento da curva  $N^d$  para  $N < N_f$ ” (AMADEO, 1986, p. 312).

De acordo com Amadeo (1986), o nível de emprego de equilíbrio é indeterminado, pois se faz necessário uma equação adicional, a fim de totalizar o sistema. Entretanto, essa é disposta pelo princípio da demanda efetiva, que determina o nível de emprego como função das despesas de investimento (I) e do multiplicador (m) para cada nível do salário nominal:

$$N^*(w) = f(I(w); m(\underline{w}))$$

Em que  $N^*$  é o nível de emprego de equilíbrio que se associa com  $w = \underline{w}$ . A expressão de equilíbrio, pode ser dada por  $\langle N^*, (\frac{W}{P})^* \rangle$ .

As funções de demanda agregada e oferta agregada dispõem de um ponto de interseção em que  $D(N)$  se iguala a  $Z(N)$ , a fim de determinar o nível de produção e emprego estabelecido na Economia. Essa interseção entre as funções denomina-se ponto de demanda efetiva e "é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas" (KEYNES, 2012, p. 55).

Nesse sentido, com relação às expectativas sobre decisões de atividades econômicas, para Keynes, estas se subdividem em dois grupos: O primeiro se refere ao preço que um fabricante pode esperar conseguir por sua produção quando se está apta para ser usada ou vendida a uma outra parte; o segundo se respalda no que o empresário espera ganhar como rendimento futuro, sob a compra de produtos concluídos a fim de adicioná-los ao seu equipamento de capital. Os grupos podem ser denominados respectivamente como expectativas de curto prazo e longo prazo.

As mudanças nas expectativas dos empresários não produzem efeito imediato sobre o emprego. No curto prazo “as mudanças de expectativa, quando desfavoráveis, não são em geral suficientemente violentas ou rápidas para ocasionar o abandono do trabalho em todos os processos produtivos cujo lançamento tenha sido um erro à luz de uma nova expectativa; por outro lado quando são favoráveis, torna-se necessário certo período de preparação até que o emprego atinja o nível que teria chegado se as expectativas tivessem sido revistas antes” (KEYNES, 2012, p. 77).

Com relação às expectativas de longo prazo “ao passo que, se a mudança de expectativa de longo prazo for favorável, o emprego pode situar-se no princípio a um nível mais elevado do que aquele em que se encontrará depois de passado o tempo necessário para o ajustar à nova situação” (KEYNES, 2012, p. 77).

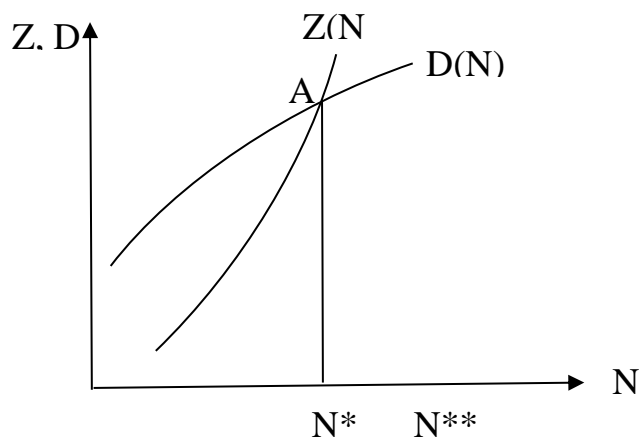
Alterações de expectativa podem culminar no aumento no nível de emprego da economia, com acentuado pico, seguido de declínio até o novo nível de longo prazo, em que “o emprego de longo prazo corresponde ao estado das expectativas existentes, a cada estado das expectativas correspondente a um volume específico de emprego de longo prazo” (KEYNES, 2012, p. 78). Para Keynes (2012), essas mudanças podem provocar oscilações análogas a deslocamentos cíclicas, tendo em vista que o volume do emprego, em determinado período, depende não apenas das expectativas atuais, mas também de todos os estados de expectativas correntes durante todo o período anterior.

“Todavia, as expectativas passadas que ainda não acabaram de produzir todos os seus efeitos estão incorporadas no equipamento de capital atual, em função do qual o empresário tem de tomar as suas decisões de hoje, e só influem nessas últimas na medida em que assim tenham sido incorporadas. Por conseguinte, e a despeito do que se expôs, o emprego de hoje é determinado pelas expectativas de hoje, consideradas

em conjunto com o equipamento de capital de hoje.” (KEYNES, 2012, p. 80).

Ademais, tendo em vista a maximização das expectativas do produtor, o ponto de demanda efetiva condiz com a receita esperada das firmas, por meio da venda da produção no mercado, em que o nível de emprego ofertado pelas firmas, dada as expectativas acerca do valor pelo qual os empresários serão capazes de vender a produção finalizada no mercado, o nível de salário nominal, pode ser determinado por  $N^*$ , segundo Missio e Oreiro (2008).

**Gráfico 5 - Determinação do Ponto de Demanda Efetiva**



Fonte: MISSIO, Fabrício José; OREIRO, José Luís. Equilíbrio com Desemprego Involuntário em um Modelo de Ciclo-Limite. 2008. p.549.

Conforme as suposições de Keynes na Teoria Geral, os empresários acertam continuamente suas expectativas acerca do preço ao qual podem vender sua produção acabada no mercado. Nesse sentido, tendo o ponto de demanda efetiva implicada às dadas condições técnicas de produção e a taxa de salário nominal, em uma dada taxa de salário real, uma vez que as firmas maximizam lucros a afirmativa,  $(\frac{W}{p}) = F(N^*)$  se faz válida. Entretanto, em função da taxa de salário real, a quantidade de trabalho ofertada pode superar o nível de emprego efetivo. O desemprego oriundo é fundamentalmente involuntário, “uma vez que ocorre em um contexto em que existem mais trabalhadores querendo trabalhar ao salário vigente do que as vagas de trabalho disponíveis” (MISSIO e OREIRO, 2008, p.550).

Em conformidade com Missio e Oreiro (2008), independente dos trabalhadores estarem abertos a aceitar uma redução dos salários nominais, as empresas só vão estar abertas a ofertar emprego adicional, se as expectativas de aumento nos níveis de venda e de receitas forem altas,

tornando positiva a expansão do emprego.

Desse modo, como exposto, para visão Keynesiana a existência de desemprego involuntário “não dependente da hipótese que existe algum tipo de rigidez de mercado de trabalho e, também, não pode ser eliminado por uma redução do salário nominal, pois, nada garante que essa redução ampliará o nível de emprego oferecido pelas firmas” (MISSIO e OREIRO, 2008, p.552).

O desemprego involuntário, concebido pelos pós - keynesianos, é uma situação em que há falta de demanda agregada na economia, ou seja, uma insuficiência de gastos por parte dos consumidores e das firmas, o que leva a uma queda na produção e no emprego. O desemprego é involuntário porque não depende dos trabalhadores, mas dos investidores e consumidores.

Segundo Keynes, esse cenário pode persistir a longo prazo, mesmo em uma economia que tenha recursos, devido à possibilidade de insuficiência de demanda agregada. Em conformidade com a teoria heterodoxa, a intervenção do Estado é tida como necessária para corrigir essa falha de mercado e aumentar a demanda agregada, através de políticas fiscais e monetárias.

No sentido de reduzir os níveis de desemprego, é defendida por essa corrente teórica a atuação ativa do estado na economia para expandir os níveis de demanda agregada, a fim de proporcionar crescimento econômico e reduzir o desemprego involuntário. Essa redução se origina por meio de políticas macroeconômicas, as quais visam aumentar a demanda agregada na economia. Dentre essas políticas, as que possuem maior usabilidade e conhecimento são as políticas fiscais e monetárias expansionistas.

A Política Fiscal Expansionista é uma medida governamental que visa promover o aumento de gastos públicos, aumentando consumo, investimento governamental ou por meio da redução de impostos. Estimula a atividade econômica e aumenta a demanda agregada, esse aumento pode levar a ampliação dos níveis de produção e, conseqüentemente, da contratação de trabalhadores.

A Política Monetária Expansionista é uma medida governamental que detém de um

conjunto de práticas, cujo objetivo visa a redução das taxas de juros, aumento de liquidez de moeda na economia, a fim de estimular o investimento e consumo privado. Sendo possível aumentar a demanda por bens e serviços na economia, auxiliando o crescimento econômico e redução do desemprego involuntário.

Há outras medidas governamentais como a redução da taxa de câmbio que gera desvalorização da moeda, podendo tornar as exportações mais competitivas e aumentar a demanda por bens e serviços nacionais, promovendo maiores níveis de emprego; ou políticas de renda, via aumento do salário-mínimo, programas de transferência de renda a população em vulnerabilidade social, que visa aumentar a renda disponível e estimular o consumo das famílias. Essas políticas tendem a expandir a demanda agregada na economia, estimulando crescimento econômico e redução do desemprego involuntário.

### **2.3. Marxismo: Desemprego Tecnológico**

O marxismo é uma corrente de pensamento político, econômico e social baseado nas ideias disseminadas por Karl Marx, um dos principais críticos do sistema capitalista. Há premissas envolvidas dessa corrente teórica, a fim de expor a estrutura social determinada pelas relações de produção, pela forma como os meios de produção são controlados e como o trabalho é organizado no capitalismo.

No primeiro livro, O Capital de Karl Marx, é analisada a característica mercantil e a produção de mais-valia no capitalismo, aborda-se o processo de trabalho, de exploração do trabalho frente ao capital e identifica-se leis gerais da acumulação capitalista (MOLLO, nulo). Marx inicia o capítulo postulando que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar.” (MARX, 2011. p. 157) identificando assim o caráter especial da análise de produção das mercadorias.

O capitalismo produz mercadorias, mas estas são oriundas do processo de trabalho humano. O produto desse trabalho, tem utilidade e a “utilidade de uma coisa faz dela valor de uso” (MARX, 2011. p. 158) ora, o valor de uso “...constitui ao mesmo tempo os suportes materiais do valor de troca” (MARX, 2011. p. 158) e o valor de troca, representa a proporção

que uma mercadoria se troca por outra. Em uma economia capitalista, produtora de mercadorias, todos são compradores e vendedores, sendo assim, estrutura-se uma concepção de que o valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias.

A produção de mercadorias, na concepção Marxista, detinha de processos de trabalho privados com particularidades independentes, mas que de forma macro estavam sujeitos a uma dependência recíproca entre eles, pois, a produção de mercadorias tem o intuito de venda dentro do sistema capitalista para manter-se o ciclo de compra com a finalidade de garantir a subsistência e venda para posteriormente comprar.

Notando assim certa divisão social do trabalho no sistema capitalista, em que o conteúdo concreto dos trabalhos e o valor de troca advém do trabalho abstrato. Apenas trabalhos socialmente necessários produzem valor, entendendo-se trabalho socialmente necessário os das condições médias de produção e atendendo a uma necessidade social. Prontamente, no capitalismo, quando há generalização de produção de mercadorias, o dinheiro adentra como equivalente geral do valor de troca das mercadorias.

Tendo em consideração, que o valor de uma mercadoria está atrelado a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção do valor de uso e que o dinheiro, cumpre o papel de equivalente geral, isto é, “o dinheiro não é mais do que a forma transformada do produto do trabalho” (MARX, 2011, p. 782) e a partir da conversão das mercadorias em dinheiro, os indivíduos podem viver na sociedade capitalista (MOLLO, nulo).

A conversão da mercadoria em dinheiro, gera transformações frente às formas de trabalho e o valor gerado por meio delas, devido a conversão de “trabalhos concretos, criadores de valor de uso, convertem-se em abstratos, criadores de valores de troca” (MOLLO, nulo, p. 12) além disso os “trabalhos individuais transformam-se socialmente necessários; trabalhos complexos em múltiplos de trabalhos simples; e, finalmente, o trabalho privado contido nas mercadorias ganha validade social reconhecida ao transformar-se em dinheiro, forma diretamente social do trabalho” (MOLLO, nulo, p. 12 - 13).

No modo de produção capitalista, os indivíduos, precisam dispor de dinheiro pois a estrutura social e econômica não mais se assemelha ao feudalismo em que mesmo sem dispor de terras, podia-se plantar e consumir nas terras do senhor feudal. Dentro do sistema capitalista, para ser comprador e vendedor há a necessidade de ter dinheiro, para realizar compra e venda, como também, como forma de relevância e status social.

A existência do sistema capitalista assegura-se no ciclo econômico social de compra e venda. Tanto o capitalista, quanto o trabalhador, para se manter dentro desse sistema, precisa vender, o capitalista realiza isso por meio da venda da produção que lhe cabe. Não havendo possibilidade de produzir o que vai vender, porque não tem os meios de produção, para que por conseguinte poder comprar, o indivíduo vende como forma de mercadoria, a própria força de trabalho. No capitalismo, apenas o capitalista tem acesso aos meios de produção, quem não tem os meios de produção, não pode produzir algo para vender. Para o trabalhador, o acesso aos meios de produção se dá mediante a venda da força de trabalho como mercadoria, “assim, não é possível pensar a venda da força de trabalho sem pensar o valor como norma social de dominação” (MOLLO. 2023. p. 82).

A transformação da força de trabalho em mercadoria explica o surgimento do mais - valor, fonte dos lucros, renda e dos juros (MOLLO, 2023). A mercadoria como força de trabalho tem valor de uso que torna sua compra pelo capitalista requerida. O valor de uso da mercadoria força de trabalho consegue gerar um valor maior que o seu próprio (mais valia). O valor de troca se respalda no custo de reprodução do trabalhador e da sua família “porque este é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da força de trabalho, enquanto mercadoria” (MOLLO. 2023. p. 83).

A força de trabalho como mercadoria, tem o seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Esse tempo de trabalho consiste em um tempo “que permita ao trabalhador formar, constituir a sua força de trabalho, e mantê-la e reproduzi-la, ou seja, é o custo de (re) produção do trabalhador e sua família. Esse custo requer, em primeiro lugar, que o trabalhador chegue à idade que o permita trabalhar” (MOLLO, nulo, p.14). O trabalhador precisa manter-se vivo, com educação, saúde e condições para zelar pela sua próxima geração, para que esta possa também fazer parte do processo de venda da força de trabalho. O custo relacionado a esse processo “pode ser transformado em tempo de trabalho e

o resultado final é então o custo de (re) produção da força de trabalho do trabalhador, ou o valor da sua força de trabalho ou o salário” (MOLLO, nulo, p.15).

“Esse custo tem um limite mínimo, biológico, abaixo do qual o trabalhador não sobrevive, mas não é preciso que esse limite seja alcançado, porque esse valor tem um limite histórico-social determinado conforme as lutas dos trabalhadores e conforme a conjuntura. Afinal, como o valor de qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho é o custo de sua (re)produção nas condições sociais médias.” (MOLLO, nulo, p.15).

A venda da força de trabalho, pelo proletariado, contém uma produção com mercadorias que carregam de forma intrínseca a si um valor excedente. Que se caracteriza por meio do valor produzido, pelo trabalhador e absorvido pelo capitalista, que é maior do que o valor da sua força de trabalho. Este excedente é a mais-valia que se caracteriza, pela diferença do valor da força de trabalho como mercadoria e o valor das mercadorias produzidas por ela que é maior ao ser apropriado pelo capitalista, onde há valorização do capital.

“Dito de outra maneira, o valor da força de trabalho é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, ou à reprodução do trabalhador e sua família. Sem venda da força de trabalho livre, não há como garantir a vida dos trabalhadores no capitalismo. A mercadoria força de trabalho é especial porque gera um valor maior do que o seu próprio valor.” (MOLLO.2023. p. 83).

O excedente do que é produzido pelo trabalhador e passa a ser apropriado pelo capitalista, explica a exploração contida nesse sistema, sob a visão de Marx. Visto que a parcela do que foi produzido pelo trabalhador, mas não compete a valorização a ele, porque nem tudo o que é produzido pelo trabalhador, fica para ele. Para o trabalhador é atribuído apenas o referente ao valor da sua força de trabalho, que é pago o valor de forma correspondente ao salário. Sendo assim, isto quer dizer que “o trabalhador produz, portanto, o fundo de seu próprio pagamento, o capital variável, antes que este lhe retorne sob a forma de salário, e ele só permanece ocupado enquanto o reproduz continuamente” (MARX, 2011, p. 781). Ainda assim, há uma parcela relacionada ao que foi produzido, o excedente dessa produção, que não é paga ao trabalhador e passa a ser apropriada pelo capitalista, a mais-valia, que se distingue entre os lucros, juros e rendas fundiárias.

“O processo de produção é introduzido com a compra da força de trabalho por um tempo determinado, e essa introdução é constantemente renovada, tão logo esteja vencido o prazo de venda do trabalho, decorrido um determinado período de produção, semana, mês etc. Porém, o trabalhador só é pago depois de sua força de trabalho ter atuado e realizado tanto seu próprio valor como o mais-valor em mercadorias” (MARX, 2011. p. 781).



O capital é tido como dinheiro que se valoriza, devido a ser um meio de compra, da mercadoria força de trabalho, que produz excedente de valor.

“Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho aparece apenas como um meio para o processo de valorização, também a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza. Por conseguinte, a máscara econômica do capitalista só se adere a um homem pelo fato de que seu dinheiro funciona continuamente como capital.” (MARX. 2011. p. 781).

O capitalista precisa deter dos meios de produção, para comprar a mercadoria, força de trabalho. O dinheiro se valoriza com a compra da força de trabalho e dos meios de produção, devido às mercadorias produzidas pelos trabalhadores, disporem de valor excedente ao que é pago pela mão de obra. O excedente converte-se em dinheiro e sequencialmente, transforma-se em mais-valia, que pode ser expresso por meio do ciclo completo de reprodução do capital representado abaixo, onde, D é dinheiro, M é mercadoria, FT é a força de trabalho comprada pelo capitalista, MP são os meios de produção que ele adquire, P é o processo de produção e o valor maior das mercadorias e do dinheiro é representado por um sinal de apóstrofe.

$$D-M-(FT \text{ e } MP).....P.....M'-D' (1)^1$$

Na produção, o capitalista precisa utilizar-se da circulação para comprar a força de trabalho como mercadoria e também precisa da circulação para vender a mercadoria produzida, gerando o valor maior. A produção e circulação, são processos sociais de transformação do dinheiro em capital ou reprodução do capital (MOLLO, nulo).

O dinheiro tanto do capitalista quanto do trabalhador, quando usado para consumo próprio, é apenas dinheiro e compreende a circulação simples de mercadorias, que tem como objetivo o valor de uso. O dinheiro quando utilizado para comprar a força de trabalho, é aquele que se transforma em capital, pois, há a valorização e o capital é dinheiro que se valoriza a fim de comprar a mercadoria força de trabalho.

Dentro desse sistema, o capitalista almeja o lucro, que é expresso por meio da parcela não paga do que é produzido pelo trabalhador, o qual se caracteriza como excedente da

---

<sup>1</sup> Fórmula contida em MOLLO. Marx e a Crítica da Economia Política. nulo. p.16

produção, sendo assim também a mais-valia e para Marx, o lucro se torna fruto da exploração capitalista.

Ao longo de toda a crítica ao sistema capitalista, Marx postula acerca do processo de exploração do trabalho e à medida que avança em suas reflexões, as afirmativas sobre o papel da busca incessante do capitalista por lucro, se tornam mais aprofundadas. Para Marx, o lucro está no cerne do capitalismo e a concorrência pressiona para que os capitalistas tenham lucro cada vez maiores, pois se o lucro não estiver na média concorrencial o capitalista pode não dispor mais de condições para continuar na disputa (MOLLO, nulo).

Para que haja maiores lucros, os capitalistas visam formas de aumentar os ganhos sob a mais valia. O aumento desta ocorre sob duas perspectivas, a primeira se destina a mais valia absoluta, que visa o aumento da parte do produto que compõe a mais valia, sem que haja redução da parcela referente aos salários. Isso ocorre por meio do aumento da jornada de trabalho “uma vez que se paga o que é necessário para reproduzir o trabalhador pelas 24 horas do dia de trabalho, independentemente do tamanho da jornada de trabalho” (MOLLO, nulo, p.19) ou por meio da intensificação do trabalho, em meio a mesma jornada, sem que este tenha maiores ganhos por isso. A segunda perspectiva relaciona-se ao aumento da mais-valia relativa, que ocorre por meio de redução salarial relativa a esta. Entretanto, só é viável quando os níveis de salário médio ou custo de reprodução da força de trabalho tendem a reduzir-se. Sendo assim para Marx, “há forças inerentes ao capitalismo que levam tanto os capitalistas individuais, quanto o conjunto dos capitalistas, à busca por aumento da produtividade dos trabalhadores, barateando as mercadorias em geral, mas também, em particular, as que constituem o valor da força de trabalho” (MOLLO, nulo, p.19).

Sendo assim, sem a mais-valia, não há lucro e sem o trabalho socialmente necessário para a produção de valor ou sem o trabalho excedente para produzir mais-valia, não há formas de o sistema capitalista continuar a sustentar-se.

Como o objetivo do sistema é o lucro, há uma pressão para maior acumulação de capital, mas se houver em meio a inexistência de inovação tecnológica, isso acarreta aumento nos níveis de salário, o que compromete o lucro do capitalista. Visto que se o capitalista tiver que pagar mais pela mão de obra, terá de retirar esse valor do que ganha com o excedente da produção

não pago aos trabalhadores, mas isso influenciará em menores lucros, fugindo à lógica do sistema.

No capitalismo então o aumento da acumulação de capital se dá mediante a ampliação de inovações tecnológicas, mas estas devem ser desenvolvidas de forma a ampliar a produtividade dos trabalhadores e com isso, não deixar a demanda por trabalhadores crescer muito, sendo assim, são desenvolvidas inovações tecnológicas poupadoras de mão de obra.

“A automação é a sua tendência atual. Produzir o máximo de mercadorias pelo preço mais baixo, para extrair daí o máximo de lucro, é a tendência irresistível do capitalismo. Naturalmente, ela vem junto com uma exploração crescente da força de trabalho” (MARX. 2011. p. 68).

O desenvolvimento de inovações tecnológicas com o cunho citado, gera um conjunto de trabalhadores desempregados e este desemprego “serve ao capital ao impedir crescimento explosivo dos salários e disciplinar os trabalhadores no processo de exploração” (MOLLO, 2023, p. 83). Assim, se explica o desemprego tecnológico, formado por meio das inovações tecnológicas.

Todavia o processo de expulsar ou afastar os trabalhadores do sistema de produção capitalista, se compromete devido a não ser possível gerar lucro sem a compra da força de trabalho. Assim não pode haver desemprego completo no capitalismo, visto que, assim não haverá lucro, porque o lucro é extraído da mais-valia, nem pleno emprego completo, porque isso aumentaria muito os salários, eliminando os lucros.

Marx, em seus escritos, auferia sobre a contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, para ele o desemprego tecnológico se respalda nessa antítese. Em que a introdução de novas tecnologias e automação da produção, levam ao desemprego tecnológico da classe trabalhadora. Para o sustento do sistema capitalista, esse desemprego não pode ser completo devido a extração de mais-valia, mas outrem também não há pleno emprego no capitalismo pois isso elimina os lucros.

### 3. CAPÍTULO 3 - A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL

#### 3.1. Desemprego Aberto, Desemprego por Desalento e Subemprego

Há concepções distintas sobre a definição e caracterização do desemprego, organizações e institutos o fundamentam com base no conceito comum do indivíduo estar sem vínculo trabalhista e a procura de trabalho, mas depende de ópticas heterogêneas, que levam em consideração variáveis e perspectivas dessemelhantes, para definição e análise desse fenômeno. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego pode ser definido como uma circunstância em que indivíduos se encontram, momentaneamente, sem emprego formal, mas estão em busca de trabalho e vão aceitá-lo, quando a oportunidade surgir. Todavia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece dados e pesquisas acerca das flutuações do mercado de trabalho, para fins estatísticos, institucionalizou uma singularidade sobre a definição de desemprego. Segundo o IBGE, o desemprego se refere a pessoas com idade de trabalhar, pontuada como acima de 14 anos, que não trabalham, mas estão disponíveis e tentam encontrar emprego.

O IBGE possui critérios para que alguém seja considerado como desempregado, além de ter idade acima de 14 anos, precisa estar dentro da força de trabalho. Segundo o instituto, estão dentro da força de trabalho os indivíduos com idade para trabalhar, que estão trabalhando ou em busca de emprego. Universitários que dedicam tempo apenas ao estudo e donas (os) de casa, que não trabalham fora, não são considerados desempregados, pois, com base na metodologia usada para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, estes estão fora da força de trabalho. Sendo assim, conforme descrito no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>2</sup> a taxa de desocupação é composta pelo percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana:  $[\text{pessoas desocupadas} / \text{pessoas na força de trabalho}] \times 100$ .

As divisões do mercado de trabalho compreendem a população desocupada, população ocupada (que estão dentro da força de trabalho); população abaixo da idade de trabalhar e fora

---

<sup>2</sup> Informações do site do IPEADATA sobre a Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência

da força de trabalho. São consideradas para o cômputo do nível de desemprego, as pessoas que estão dentro da força de trabalho sob a ótica da desocupação.

Dentro da estrutura de desemprego, há subdivisões, que melhor englobam a situação dos indivíduos, frente a condição atual que se encontram na força de trabalho. Essas subdivisões, podem ser descritas por meio do Desemprego Aberto, Desemprego por Desalento e Subemprego.

O desemprego aberto, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),<sup>3</sup> particulariza indivíduos que estiveram nos últimos 30 dias anteriores à data da pesquisa, em busca de trabalho e não obtiveram nenhuma atividade remunerada até a semana anterior.

Com relação ao desemprego por desalento, de acordo com o IBGE, referem-se aos grupos de pessoas que gostariam de trabalhar, entretanto, não procuram emprego devido a acreditar que não conseguiriam ser contratados em razão de motivos como a idade; não possuir experiência ou qualificação profissional.

Com respeito ao subemprego, relaciona-se com a entrada de indivíduos na força de trabalho, por meio de empregos, que estão abaixo de suas qualificações, são precários e pode dispor de jornada parcial.

A análise do desemprego, sob suas diversas óticas, é feita por meio de pesquisas com base em dados que contemplam o assunto. Esses dados possuem diversas fontes e caracterizações, pesquisas que fornecem informações sobre o desemprego aberto, oculto e por desalento, no início dos anos 2000 no Brasil, foram descontinuadas. A partir de 2012 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD do IBGE passou a ser a maior fonte de dados sobre essa temática no Brasil.

A PNAD teve sua implantação em outubro de 2011 e a partir de janeiro de 2012 a pesquisa passou a abranger o território nacional. Ela busca realizar o acompanhamento de forma

---

<sup>3</sup> NICACIO, Adriana. **O enigma do desemprego**. Ipea Gov. 23 de Mai de 2014. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3025:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3025:catid=28&Itemid=23)> Acesso em: 14 de Jun de 2023.

trimestral da evolução da força de trabalho e aborda outras investigações acerca do desenvolvimento socioeconômico do país, a pesquisa tem como unidade de apuração o domicílio<sup>4</sup>.

O presente trabalho busca analisar de forma qualitativa, os dados de desemprego no Brasil, dos anos 2002 a 2023. A análise se objetiva por meio de pesquisas sobre emprego, na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O estudo contempla a verificação de séries históricas desse período, referentes a Taxa de Desocupação nas Regiões Metropolitanas (RMs) e no Brasil, relacionando-as com dados alusivos ao crescimento do produto interno bruto (PIB) e evolução do salário-mínimo real, que respectivamente, vão ser apurados e confrontados com base nos princípios das teorias heterodoxas e ortodoxas, sobre o mercado de trabalho e desemprego, expostas anteriormente.

### **3.2. Desemprego e Evolução do Salário-Mínimo: Visão Ortodoxa**

O desemprego e a evolução do salário-mínimo são variáveis correlacionadas na visão da ortodoxia econômica. Este caracteriza o desemprego como desequilíbrio temporário entre oferta e demanda por trabalho e condiciona as oscilações nos níveis de desemprego a imperfeições do mercado de trabalho a rigidez salarial, políticas institucionais, intervenção governamental e sindicalismo.

As políticas econômicas voltadas para a criação de empregos formais no início dos anos 2000, em paralelo com a baixa taxa de desemprego, contribuíram para a melhora do mercado de trabalho brasileiro e fortalecimento da posição dos trabalhadores junto ao mercado de trabalho com as políticas de valorização real do salário-mínimo (SUMMA, 2016).

No mercado de trabalho, os trabalhadores recebem um salário pelo serviço prestado. Esse salário tende a exceder o salário de reserva do trabalhador, o qual pode ser entendido como o salário mais baixo pelo qual um indivíduo está disposto a aceitar determinado trabalho. Diante disso, “a maioria dos trabalhadores recebe um salário suficientemente alto que os faz preferir estar empregados a ficar desempregados” (BLANCHARD, 2017, p. 155).

---

<sup>4</sup> Informação consta no site do IBGE, sobre a PNAD Contínua

A determinação dos salários não somente depende da situação econômica em que se encontra o mercado de trabalho em questão, como também, segundo Summa (2016), das características políticas, institucionais, das negociações e da posição do poder de barganha dos trabalhadores, para com os empregadores. Mesmo que os trabalhadores não estejam na melhor situação de negociação, para com o empregador, “os funcionários têm algum poder de negociação que podem usar — e efetivamente usam — para obter remuneração acima do salário reserva” (BLANCHARD, 2017. p. 155).

Em conformidade com Blanchard (2017), o poder de negociação de um trabalhador está condicionado ao custo de substituição do mesmo caso este deixe a empresa, assim como, a dificuldade tida por ele de encontrar um novo emprego. Se o trabalhador for imprescindível para a empresa, com grandes qualificações, o poder de barganha é grande e aumenta quanto maior for o custo de substituição dele para a empresa e quanto maior a facilidade do trabalhador em encontrar um novo emprego.

Dado que o poder de negociação do trabalhador depende de questões econômicas do país, se o nível de desemprego estiver baixo, a empresa terá maiores dificuldades de encontrar substitutos com as especificações necessárias, devido à oferta de mão de obra trabalhadora estar reduzida. Para o trabalhador, nesse caso, será mais fácil tanto conseguir outro emprego devido à baixa concorrência e maior demanda, quanto barganhar por um maior salário, devido ao poder de negociação do trabalhador ser maior. Simetricamente, o contrário se faz válido no mercado de trabalho então, quando a taxa de desemprego estiver alta o trabalhador, estará em uma fraca posição de negociação (BLANCHARD, 2017). Para além das condições citadas, “outros fatores também influenciam o poder de barganha dos trabalhadores, como, por exemplo, a política de salário-mínimo, o poder dos sindicatos, a legislações de proteção trabalhista” (SUMMA, 2016, p.13).

As políticas de salário-mínimo são adotadas pelos países, com a finalidade de fornecer aos trabalhadores condições de vida e subsistência aceitáveis, de modo a tentar reduzir os níveis de pobreza. No Brasil, o salário-mínimo “serve como piso salarial, pelo menos para os empregados no setor formal da economia, e como piso para aposentadorias e outros benefícios sociais. A Constituição Federal, em seu art. 7º, IV, estabelece que o salário-mínimo deverá ser

reajustado periodicamente de forma a preservar, no mínimo, seu poder de compra” (FREITAS, Paulo. 2011. p.1).

Os economistas ortodoxos detêm concepções distintas acerca do impacto do salário-mínimo sobre o mercado de trabalho. De forma a sujeitar que, caso o salário-mínimo seja fixado abaixo do salário de equilíbrio, o salário-mínimo não terá influência direta na economia de países desenvolvidos (FREITAS, Paulo. 2011). No caso de países em desenvolvimento, como o Brasil, que possui um grande número de pessoas na linha de pobreza, que segundo o IBGE em 2021, a parcela de brasileiros com renda domiciliar per capita de até R\$ 497,00 reais mensais, atingiu a marca de 62,9 milhões de pessoas. À vista disso, no caso brasileiro, “o mais comum é haver parcela não desprezível da população ganhando em torno do piso salarial. Nesse caso, a teoria prevê que reajustes do salário-mínimo acima do crescimento da produtividade do trabalhador têm consequências sobre o nível de emprego” (FREITAS, Paulo. 2011. p.3).

Os salários-mínimos foram prescritos como meio de elevar a renda dos trabalhadores, que detinham salário competitivo relativamente baixo. Todavia, esses mesmos trabalhadores passaram a constar em um estado de vulnerabilidade extrema perante as demissões temporárias (BORJAS, George). Há trabalhadores que detinham salários inferiores, antes da implementação do piso salarial estabelecido pelo salário-mínimo. Os que continuaram empregados no mercado de trabalho formal, passaram a ter maiores ganhos de bem-estar, devido à melhor remuneração (FREITAS, Paulo. 2011).

O salário-mínimo, para pensadores ortodoxos, gera desemprego em virtude de que durante o processo de implementação e adaptação da legislação por parte das empresas, alguns trabalhadores são demitidos devido ao maior valor a ser pago pela mão de obra trabalhadora e/ou redução da demanda. Induzindo assim a uma taxa de desemprego persistente, “porque os participantes no mercado de trabalho não têm incentivo para alterar seu comportamento: as empresas não desejam contratar mais trabalhadores e os trabalhadores desempregados querem trabalhar no salário-mínimo” (BORJAS, 2012, p. 132). Por conseguinte, a taxa de desemprego, “depende do nível do salário mínimo, assim como das elasticidades das curvas de oferta e demanda por trabalho. (...) a taxa de desemprego é maior quanto mais alto for o salário mínimo e quanto mais elásticas forem as curvas de demanda e oferta” (BORJAS, George. 2012. p. 132).



“Normalmente, as empresas preferem, em primeiro lugar, diminuir ou interromper novas admissões, confiando nas demissões voluntárias ou nas aposentadorias para obter uma diminuição do emprego. Mas somente isso pode não ser suficiente se a redução da demanda for grande, e, neste caso, as empresas podem ter de demitir funcionários. Se o ajuste ocorrer por meio de um número menor de admissões, a probabilidade de que um trabalhador desempregado venha a encontrar emprego diminuirá. Menos admissões significam menor abertura de postos de trabalho; maior desemprego significa mais candidatos para os postos de trabalho. Em conjunto, menor abertura de postos de trabalho e mais candidatos tornam mais difícil para o desempregado encontrar emprego” (BLANCHARD, 2017, p. 152).

Como o salário-mínimo abrange apenas os trabalhadores que compõem o mercado de trabalho formal, indivíduos que estão à mercê do mercado de trabalho informal, estão fadados a receber salário competitivo a qualificação que o trabalhador está a desempenhar. Em economias que estão em desenvolvimento, “é comum a existência de um mercado de trabalho informal, em que nem todos os direitos dos trabalhadores (incluindo o salário mínimo) são respeitados. Um trabalhador demitido do setor formal pode ingressar no setor informal” (FREITAS, Paulo. 2011. p.3).

O setor informal compreende trabalhadores sem carteira de trabalho: sem benefícios como plano de saúde, vale refeição, fins de semana, feriados e pagamento de férias. Os trabalhadores que estão à margem da informalidade, podem trabalhar por conta própria e acabam exercendo extensas jornadas de trabalho.

À medida em que ocorre o processo de instauração do salário-mínimo nas economias, para o mercado de trabalho formal, o piso salarial é elevado e alguns trabalhadores entram na zona do desemprego. Os índices de emprego formal sofrem redução, a taxa de desemprego passa a manter-se mais alta, dificultando contratações dentro do mercado de trabalho formal, o que pode ocasionar em deslocamento de trabalhadores do mercado formal para o desemprego e também para o mercado de trabalho informal (BORJAS, 2012). Havendo migração de trabalhadores para o setor informal, a curva de oferta se desloca para a direita, tornando o setor mais abrangente. Em decorrência dessa movimentação, o salário do mercado de trabalho informal declina, havendo um maior número de indivíduos empregados à margem da informalidade (BORJAS, 2012).

Sendo assim, aumentos excessivos de salário-mínimo, quando aplicados, provocam bem-estar aos trabalhadores do mercado de trabalho formal que conseguem continuar em seu emprego e que anteriormente à implementação do salário-mínimo, recebiam abaixo do piso

salarial que fora estabelecido. Contudo, há impactos diferentes tanto para os trabalhadores formais, que após o aumento do salário-mínimo foram retirados do mercado de trabalho formal, quanto para os trabalhadores informais, pois há “deterioração de bem estar para os trabalhadores que foram demitidos ou que tiveram que se inserir no setor informal em decorrência do aumento do mínimo. Os trabalhadores que se encontravam no setor informal também são prejudicados porque passam a sofrer a concorrência dos egressos do setor formal, o que tende a deprimir os salários” (FREITAS, Paulo. 2011. p.4).

No entanto, o contrafluxo pode se fazer válido, trabalhadores inicialmente empregados no setor informal, após a instauração do piso salarial, podem assentir que vale a pena sair do emprego atual, devido a dispor de um salário baixo, a fim de pleitear uma vaga no setor formal (BORJAS, 2012). Se o mercado de trabalho formal dispuser de um piso salarial esperado mais alto e atrativo que o setor informal “o fluxo de trabalhadores para os empregos de salário mínimo reduzirão a probabilidade de se arrumar um emprego, aumentarão a extensão dos períodos de desemprego e diminuirão o salário esperado” (BORJAS, 2012. p. 135). Entretanto, se a fixação do salário mínimo for baixa, ao ponto de que os salários do setor informal estejam mais altos “a migração de trabalhadores desloca a curva de oferta para fora e reduz o salário competitivo” (BORJAS, 2012, p. 135).

“A discussão sugere que os fatores que influenciam a probabilidade de arrumar um emprego com salário mínimo ajudam a determinar a direção do fluxo de migração entre os dois setores. Supondo que os trabalhadores que arrumam um emprego com salário mínimo fiquem ali por muito tempo, isso dificulta uma pessoa que acabou de entrar no setor coberto arrumar um emprego. Entretanto, uma pessoa desempregada rapidamente reconhece que seria melhor trabalhar no setor descoberto, cujos salários são mais baixos, mas há vagas disponíveis. Se as pessoas que têm empregos com salário mínimo são livres (e há muita rotatividade nesses empregos), as chances de se obter um emprego com esse salário são grandes, o que encoraja muitos trabalhadores a entrarem na fila para vagas no setor coberto” (BORJAS, 2012, p. 135).

Com relação à disposição da taxa de desemprego e dos salários-mínimos, sobre a economia brasileira, será exposto a evolução da média anual do salário-mínimo e da variação percentual de aumento do piso salarial a partir do ano de 2002 até 2023.

**Tabela 1 - Relação da Média de Salários-Mínimos e Variação Percentual.**

<b>Data</b>	<b>Média do Salário Mínimo - U.M.C</b>	<b>Percentual de Aumento do Salário Mínimo (%)</b>	<b>Percentual de Aumento do Salário Mínimo Real (%)</b>
2002	R\$ 195,00	12,88	2,55
2003	R\$ 230,00	17,95	0,70
2004	R\$ 253,33	10,14	3,72
2005	R\$ 286,67	13,16	6,96
2006	R\$ 337,50	17,73	14,06
2007	R\$ 372,50	10,37	6,04
2008	R\$ 409,17	9,84	3,08
2009	R\$ 460,83	12,63	7,22
2010	R\$ 510,00	10,67	5,31
2011	R\$ 544,17	6,70	0,09
2012	R\$ 622,00	14,30	8,42
2013	R\$ 678,00	9,00	2,46
2014	R\$ 724,00	6,78	0,71
2015	R\$ 788,00	8,84	-0,41
2016	R\$ 880,00	11,68	2,11
2017	R\$ 937,00	6,48	3,38
2018	R\$ 954,00	1,81	-1,02
2019	R\$ 998,00	4,61	0,82
2020	R\$ 1.044,50	4,66	1,02
2021	R\$ 1.100,00	5,31	-3,31
2022	R\$ 1.212,00	10,18	0,62
2023	R\$ 1.309,71	8,06	4,12
<b>Acumulado</b>		<b>213,80</b>	<b>68,67</b>

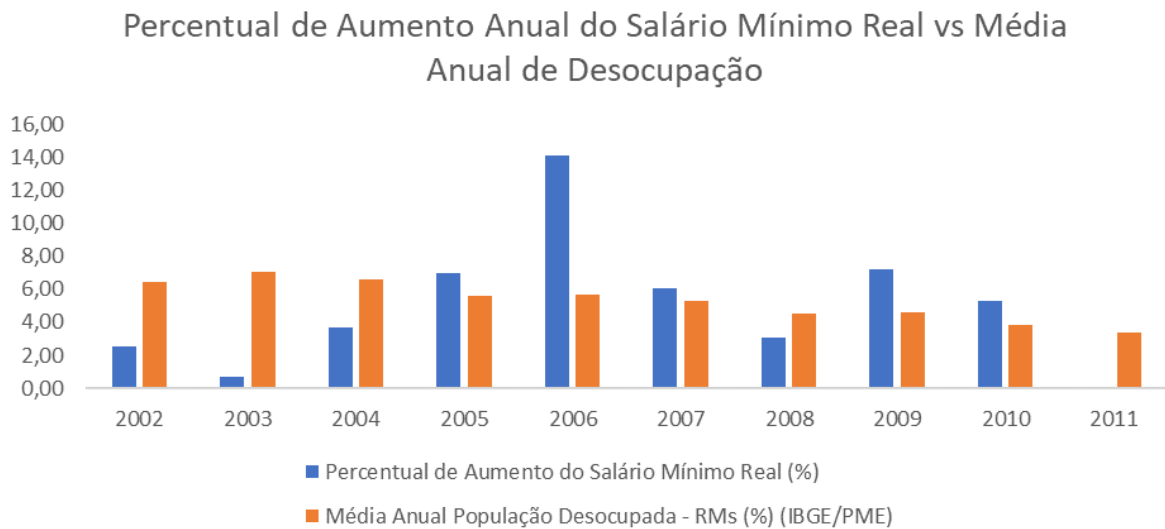
Fonte: Base de dados Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central, fonte dos dados MTb e base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (dados manipulados pela autora).

O salário-mínimo no início dos anos 2000 era fixado em um baixo valor, de forma que ao longo dos anos foram realizadas diversas correções. Da data inicial de análise, até os dias atuais o salário-mínimo foi reajustado em cerca de 213,80% e o percentual acumulado do aumento do poder aquisitivo real da população brasileira foi de 68,67%.

Nos momentos em que a variação percentual do aumento anual dos salários mínimos reais estava mais elevada, a taxa de desocupação média anual das regiões metropolitanas, também apresentou alta, entretanto, quando a variação percentual dos salários mínimos reais estava reduzida, não foi apresentada baixa da taxa de desocupação, os anos de 2002, 2003, 2004, 2008 e 2011 são exemplos desse argumento, visto que o percentual de variação anual

salário mínimo real foi extremamente baixo e a taxa de desocupação estava apresentando altas, como pode ser observado abaixo. Isso mostra que a visão ortodoxa de que aumento do salário-mínimo resulta em desemprego é discutível.

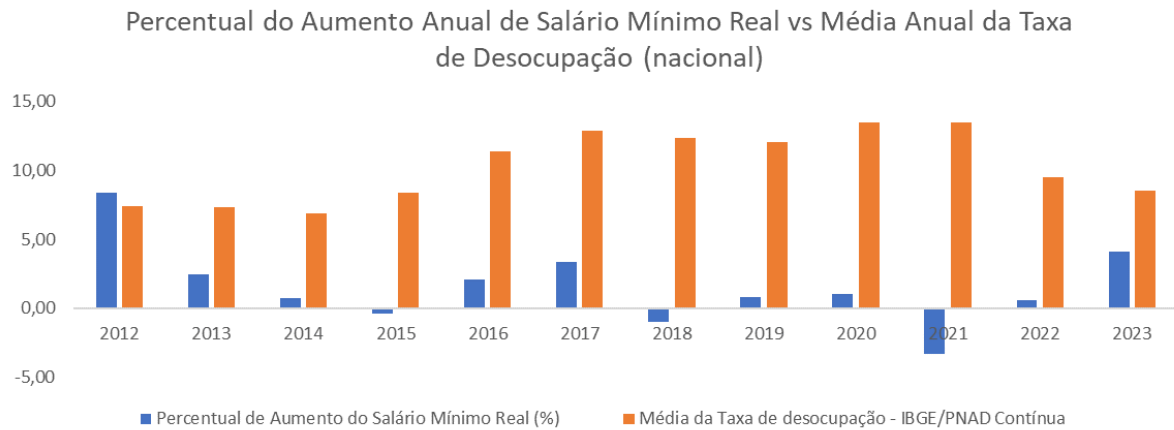
**Gráfico 6 - Comparação do Percentual de Aumento Anual do Salário-Mínimo Real e da Média Anual de Desocupação RMs**



Fonte: Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (dados manipulados pela autora).

Ponderando a análise de dados com base nos períodos de 2012 até 2023, sob a comparação do percentual de aumento anual do salário mínimo real e a média anual da taxa de desocupação em nível nacional, nota-se que há momentos de redução da variação anual do percentual de salário mínimo real, no intervalo analisado e a taxa de desocupação não sofreu redução, mas sim se elevou, demonstrando o contrário do que a teoria clássica prevê, nos períodos de aumento da variação percentual do salário real, a taxa de desemprego continuou no mesmo patamar ou teve uma pequena redução, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

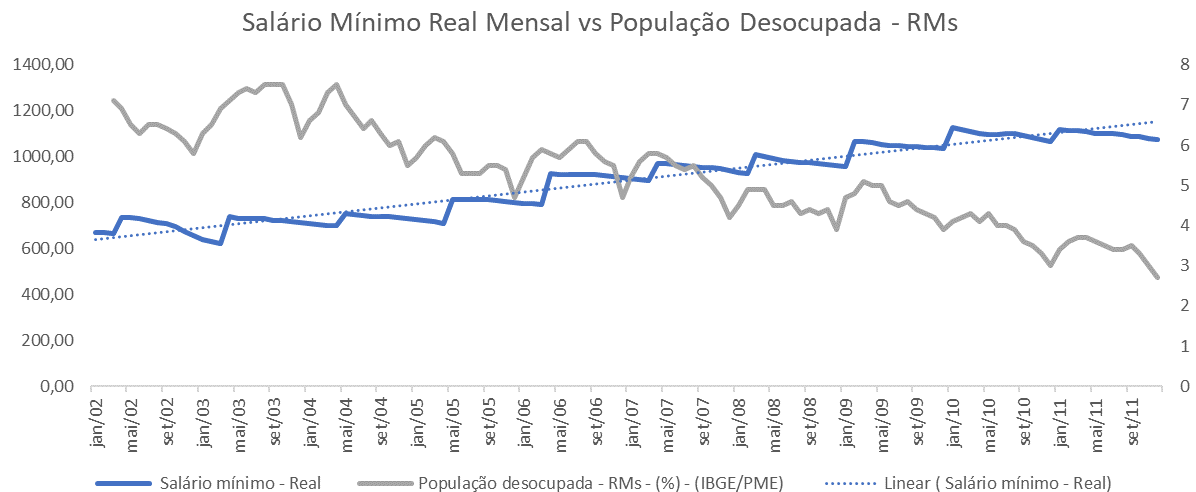
### Gráfico 7 - Comparação do Percentual de Aumento Anual do Salário-Mínimo e a Média Anual da Taxa de Desocupação



Fonte: Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (dados manipulados pela autora).

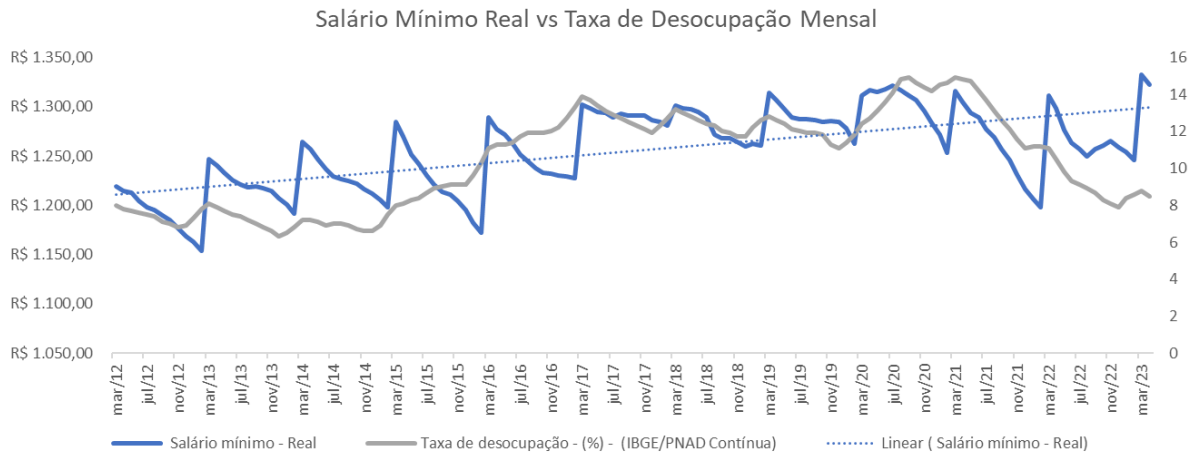
A fim de tecer uma melhor análise acerca da série histórica de dados que contemplem o salário-mínimo real, a taxa de desocupação por região metropolitana e a taxa de desocupação nacional, os gráficos abaixo serão expostos.

### Gráfico 8 - Comparação entre Salário-Mínimo Real Mensal e População Desocupada - RMs



Fonte: Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

**Gráfico 9 - Comparação entre Salário-Mínimo Real Mensal e a População Desocupada (nacional)**

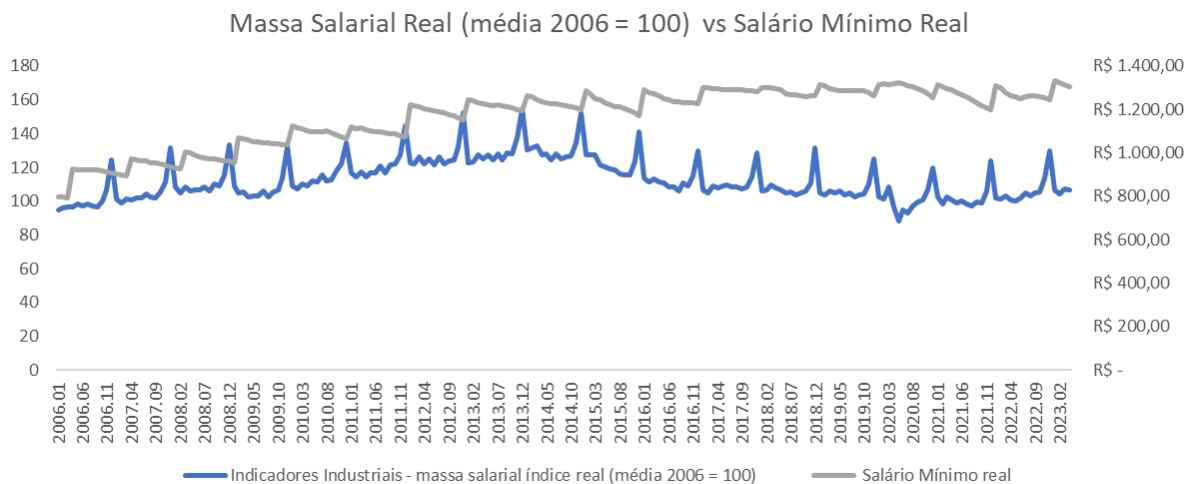


Fonte: Base de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

A pesquisa aponta que para o caso brasileiro a influência do salário-mínimo real, não forneceu impactos diretos sobre a taxa de desocupação. Ao contrário, no período de 2002 a 2012 o aumento do salário-mínimo real levou à queda do desemprego e não ao aumento.

Com intuito de verificar a equiparação entre o total de salários pagos aos trabalhadores da economia brasileira e relacioná-lo com o valor mínimo real, pago aos trabalhadores do setor formal, que recebem como salário o estabelecido no salário-mínimo, será exposto o gráfico abaixo:

**Gráfico 10 - Comparação da Massa Salarial Real e o Salário-Mínimo Real**



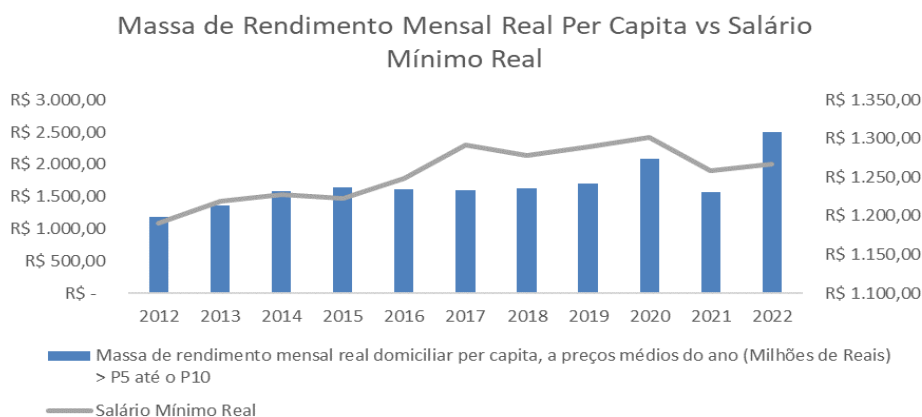
Fonte: Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Os trabalhadores não se preocupam exatamente com quantos reais recebem, mas sim, com o poder de compra advindo dos salários reais. A massa salarial real brasileira que comporta o total de salários pagos aos trabalhadores, esteve em uma tentativa de retomada de crescimento até os anos de 2013, 2014, mas posteriormente a esse período teve baixas ao longo dos anos, com uma acentuação para o período de 2020 em que o mundo estava a vivenciar o ápice da pandemia da Covid 19.

O decaimento da massa real entre o período de 2015 e 2020, antes, durante e depois da pandemia, tem a ver com a precarização do trabalho, que se deu por meio das políticas de austeridade fiscal e reforma trabalhista. Ela foi feita para ampliar o emprego e ao contrário, o que fez foi reduzir o emprego formal e aumentar o informal. O que pode ser percebido no (gráfico 10), pela queda da massa salarial industrial enquanto o salário-mínimo cresce, isso também pode ser observado entre os anos de 2015 e 2021 no (gráfico 11).

A pandemia causou grande impacto no mercado de trabalho, com redução de jornadas e até mesmo descontinuidade de trabalhos formais não essenciais, devido à baixa demanda. O salário-mínimo real, descontado a inflação, possui crescimento contínuo com pequenas oscilações consecutivas ao longo de todo o período de análise. Todavia, mesmo com as oscilações, essa crescente linha de aumento salarial ao longo dos anos de reajustes dos salários-mínimos reais, proporcionou no acumulado, aumento do poder de compra dos trabalhadores

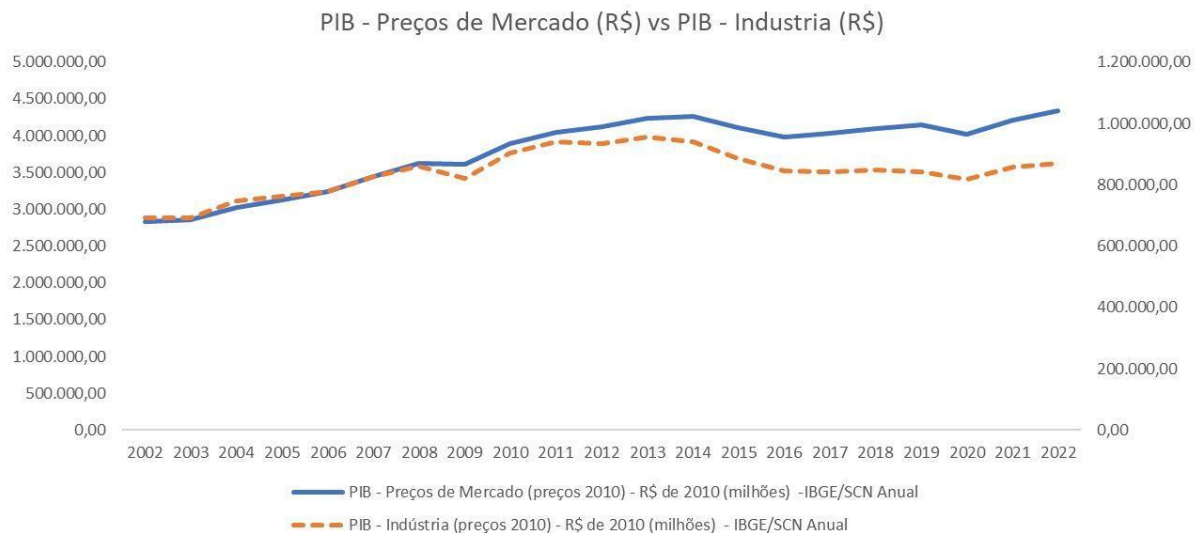
### Gráfico 11 - Comparação da Massa de Rendimento Real Per Capita e do Salário-Mínimo Real



Fonte: Base de dados do SIDRA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (dados manipulados pela autora).

A massa de rendimento real per capita da economia representa a média dos salários reais recebidos pelos trabalhadores dentro do mercado de trabalho. O IBGE aloca a série histórica por meio dos rendimentos registrados em ordem decrescente em que a primeira classe (até P5), representa os indivíduos com menores rendimentos registrados. O cálculo acima contempla as duas classes de rendimento mais baixas da série histórica, sendo maior do que P5 e menor do que P10. O salário-mínimo real, comparado com a massa de rendimento real per capita, apresenta crescimento e em alguns períodos sendo expresso acima da massa salarial, indicando uma alta dessa variável, perante a renda média da população brasileira a representando significativamente. No que tange ao mercado de trabalho informal, este está aumentando, devido ao salário-mínimo está em crescente expansão e a massa salarial reduzindo, demonstrando que a média dos salários não está crescendo tanto devido a desindustrialização e baixo crescimento.

**Gráfico 12 - Comparação entre o PIB - Industrial e o PIB a Preços de Mercado**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

A indústria detém enorme importância para o mercado de trabalho e geração de empregos de maior qualidade, visto que a expansão industrial e ampliação da produção, exige maiores contratações para exercer atividades diretas e indiretas. Como o nível de emprego depende da oferta e demanda da economia, a demanda de trabalho excedendo a oferta, há aumento de salários a fim de incentivar a contratação. O PIB da indústria brasileira apresenta



grande oscilação, com períodos de retração ao longo de vários anos, do período exposto no (gráfico 12).

### **3.3. Desemprego e Crescimento do PIB: Visão Pós - Keynesiana**

O princípio da demanda efetiva, formulado por John Maynard Keynes, postula que o produto e emprego das economias dependem da demanda efetiva, ou seja, o investimento bruto em capital fixo (FBCF) e o consumo gerado.

Assim, o desemprego e o crescimento econômico do PIB, segundo a teoria Pós Keynesiana, estão inversamente relacionados com a demanda efetiva da economia. O desemprego correlaciona-se devido a ser causado por uma demanda efetiva insuficiente e o crescimento econômico sujeita-se à demanda total por bens e serviços da economia, visto que esta estabelece o nível da atividade econômica, do emprego e da utilização da capacidade produtiva, que são variáveis dependentes de determinantes da demanda agregada, como as decisões de investimento, segundo Paula (2008). Sendo assim, variações no crescimento econômico e desemprego estão diretamente relacionados ao estado da demanda efetiva na economia.

A demanda dos agentes por bens e serviços, não somente é determinada pelo preço pelo qual os consumidores estão dispostos a desembolsar para usufruí-lo, em determinado período de tempo, como também, pelas expectativas sobre o futuro. No que tange a demanda efetiva, esta pode ser determinada “pelas expectativas empresariais em relação ao futuro, uma vez que os empresários têm que decidir a cada período de produção o que eles irão produzir e quanto irão empregar. Em outras palavras, o volume de gasto determina a demanda agregada da economia, enquanto o nível de emprego depende dos gastos esperados dos agentes” (PAULA, 2008, p. 6).

“De acordo com a abordagem pós-keynesiana, existe uma ausência de forças automáticas em uma economia de mercado que assegure um nível de demanda agregada que seja compatível com o pleno emprego da força de trabalho e o estoque de capital existente na economia” (PAULA, Luiz F. 2008, p. 6).

Segundo, Paula (2008) a fim de que a economia se desenvolva, avance em direção ao pleno emprego e disponha de maiores índices de crescimento do PIB, há a necessidade de que

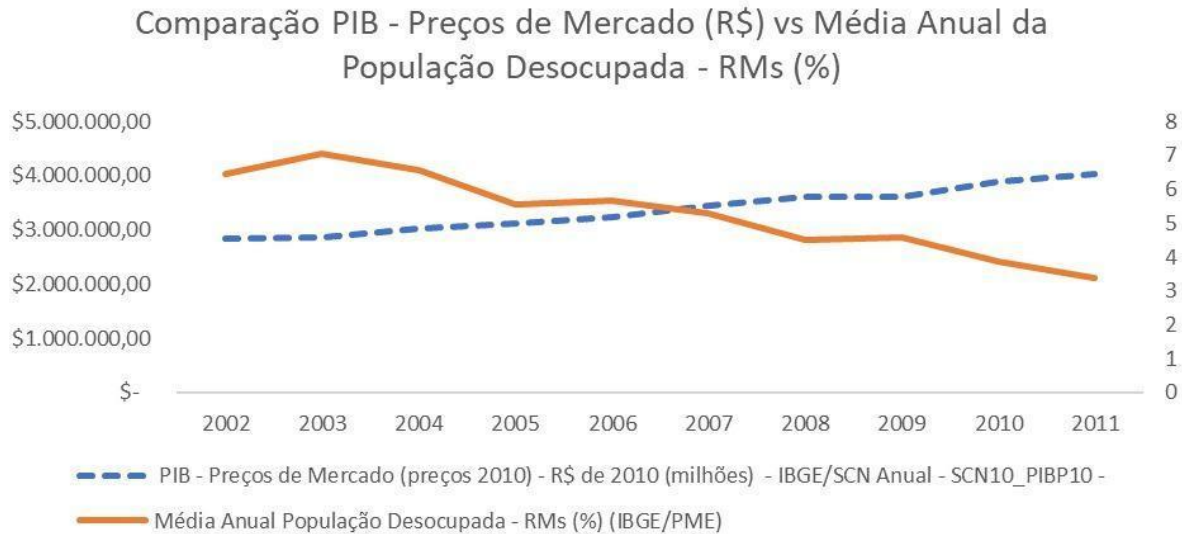
o mercado consiga gerar maiores níveis de demanda agregada para estimular o produto e a atividade econômica. Todavia, no que tange o crescimento econômico, “economias capitalistas deverão, via de regra, apresentar um crescimento irregular — alternando períodos de crescimento acelerado com períodos de queda acentuada do nível de atividade econômica — e desemprego elevado” (OREIRO, 2018, p.75).

Ao aumentar o uso da capacidade utilizada da economia, pode haver aumento nos índices inflacionários, devido a limitação de recursos, aumento de custos com produção, maiores gastos dos consumidores, maiores investimentos e as próprias expectativas quanto a esse índice. O aumento da inflação, causada pela expansão da atividade econômica, que provoca a elevação dos preços de produtos e serviços, ocasionando em perda do poder de compra e nesse caso “com preços maiores e maiores oportunidades de emprego, trabalhadores tentarão buscar, pelo menos, aumentos nos salários compatíveis com o custo de vida” (PAULA, Luiz F. 2008, p. 6).

Entretanto, para o caso de economias com baixos níveis de capacidade produtiva, esse fenômeno pode impactar o crescimento econômico. Caso os níveis de capacidade produtiva estejam em baixa, por um extenso período de tempo “o tamanho do estoque de capital pode ficar abaixo do que é requerido para sustentar o pleno emprego, devido a incerteza quanto ao futuro” (PAULA, 2008, p. 9). O que irá gerar impacto sobre as decisões de investimento dos empresários, diante das expectativas por eles atribuídas, logo, “nessas condições, as expectativas empresariais devem ser estimuladas em suas decisões relacionadas a investimentos fixos por políticas econômicas de estímulo a demanda” (PAULA, Luiz F. 2008, p. 9).

O contexto da economia brasileira no início dos anos 2000, foi precedido de eventos como a crise do Sudoeste Asiático, fenômeno internacional que demonstrou a interdependência da economia mundial e a desvalorização do real em 1999. O início dos anos 2000 já contava com estabilização econômica, possibilidade de crescimento e devido a implementação do Plano Real em 1994, os índices inflacionários estavam sob controle.

**Gráfico 13 - Comparação entre PIB - Preços de Mercado (R\$) com a Média Anual da População Desocupada - RMs**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

O Brasil nos anos 2000 passou a ter uma maior intensificação da atividade econômica, a qual proporcionou expansão contínua do PIB durante a primeira década, que foi acompanhada pela redução dos níveis da população desocupada. A ampliação do produto interno pode ser explicada por maiores gastos governamentais, aumento nos níveis de investimento e maior consumo, que são componentes intrínsecos da demanda. Variáveis ou políticas que estimulem a demanda, vão estar paralelamente, afetando de forma positiva o crescimento econômico. Nesse sentido “os anos 2000 se caracterizam por um crescimento do PIB combinado com maior distribuição de renda da economia na brasileira” (SILVA, 2018, p.205) que foi uma das principais políticas implementadas no primeiro governo Lula, a fim de tentar reduzir as desigualdades socioeconômicas do país e expandir o consumo da população mais carente.

Políticas de redistribuição de renda, possuem efeito sobre a demanda e no contexto do início dos anos 2000 essa modificação “de orientação das políticas econômicas domésticas, distanciando-se da visão neoliberal e direcionando-se para uma perspectiva mais desenvolvimentista, que buscava combinar crescimento econômico e redução da desigualdade de renda com a ascensão da China, que impulsionou as exportações e modificou os termos de troca da região” (SILVA, 2018, p.205 - 206). Sendo assim, as políticas de redistribuição de

renda, por meio da adição de rendimento, geram uma maior propensão marginal a consumir bens e serviços, que pode ser identificada no gráfico abaixo:

**Gráfico 14 - Comparação entre o PIB - Consumo Final e o Salário-Mínimo Real**



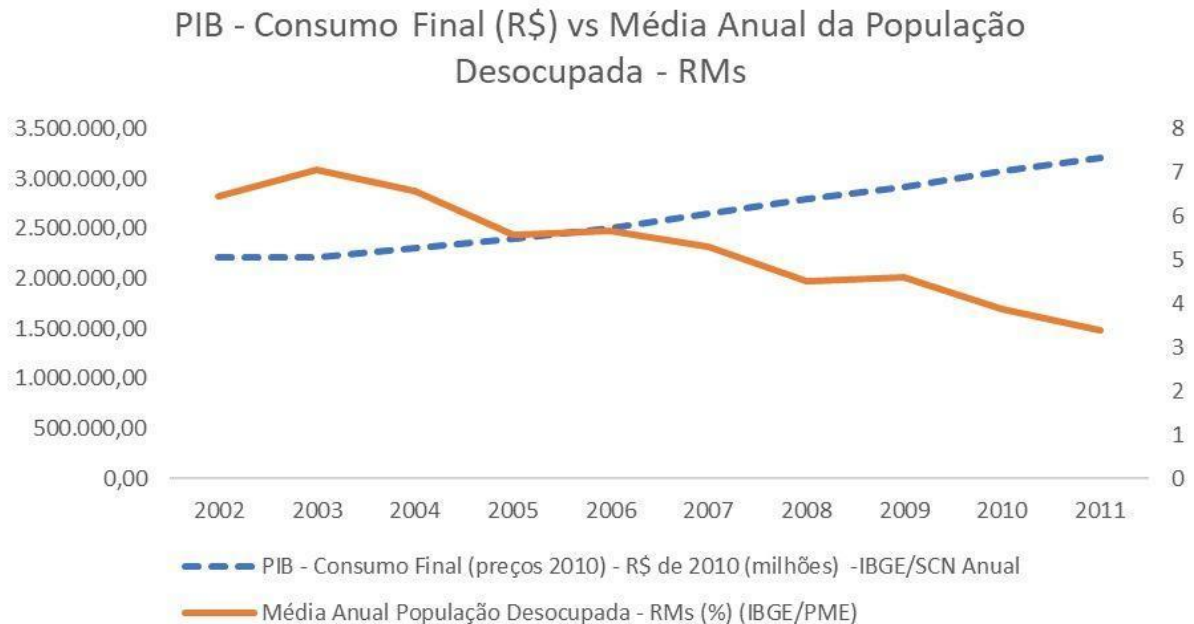
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (dados manipulados pela autora)

Devido à renda disponibilizada, há um maior estímulo à demanda agregada, que sequencialmente pode influir sobre os níveis de produção, a fim de que seja viável comportar essa maior demanda, para tanto, será necessária uma maior quantidade de trabalhadores que possam auxiliar na expansão da produção de bens e serviços, reduzindo a taxa de desemprego, que foi expressa no (gráfico 13) e também está sendo abordada abaixo, em comparação com os níveis de consumo. A movimentação dessas variáveis, mostram crescimento da demanda agregada, em particular do consumo, levando a menor desemprego.

Juntamente com a ampliação do produto e do emprego houve crescimento contínuo nos níveis de salário-mínimo, visto que este “cresceu muito acima da inflação nos anos 2000, proporcionado pela fórmula definida em 2007 – e renovada em 2015 – de reajustar o salário-mínimo com base na inflação do ano anterior mais o crescimento do PIB verificado dois anos antes” (SILVA, 2018, p.206). Essa ampliação dos salários-mínimos está diretamente relacionada com o maior poder de compra da população, pois o “impacto do salário mínimo sobre a economia é muito forte, dado que quase 50 milhões de trabalhadores são diretamente

beneficiados com um aumento e, considerando que outra grande parte tem seu salário referenciado no salário mínimo, o impacto torna-se ainda maior” (SILVA, 2018, p.206).

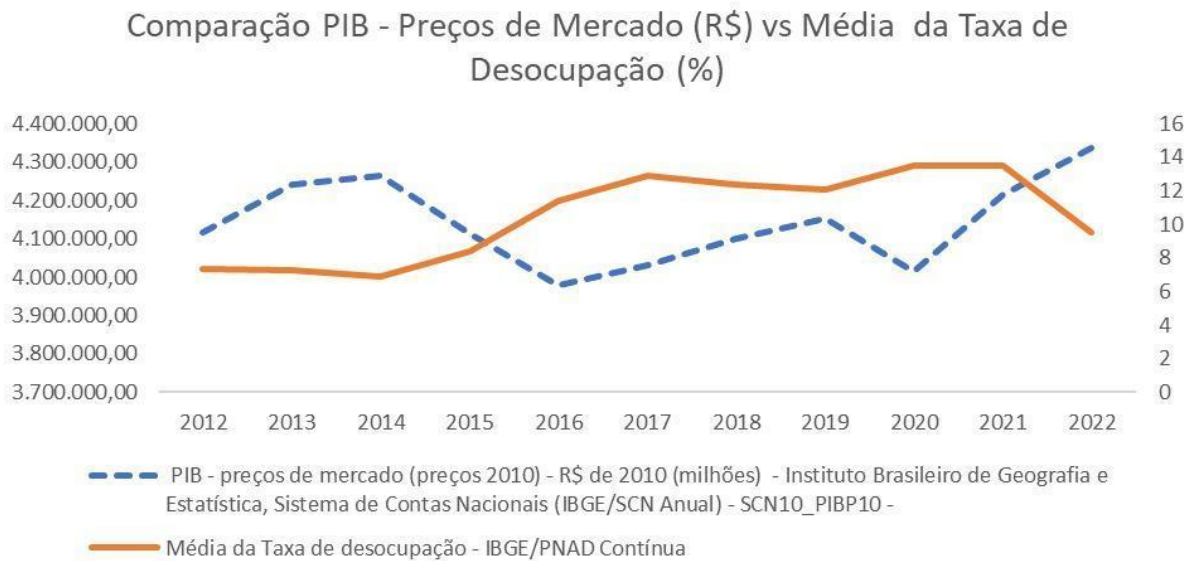
### Gráfico 15 - Comparação entre o PIB - Consumo Final e a Média Anual da População Desocupada - RMs



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (dados manipulados pela autora)

A demanda total por bens da economia brasileira e o PIB durante os anos de 2002 a 2008 passou por períodos de oscilação. A economia brasileira deteve de altas consideráveis nos anos de 2004, 2006, 2007 e 2008 no PIB, acompanhado por reduções nos níveis de desemprego, houve maiores medidas de apoio governamental ao aumento dos salários-mínimos e com isso, as famílias passaram a dispor de maior poder aquisitivo e o consumo foi estimulado. Na visão Pós-Keynesiana, o consumo desempenha um papel fundamental para a demanda agregada, além da FBCF (investimento) e pode gerar maior crescimento econômico, via efeito multiplicador do consumo. O aumento do consumo das famílias e empresas, geram renda adicional na economia, acarretando maiores gastos, estimulando a atividade econômica e com isso maiores níveis de crescimento econômico, como os que foram apresentados nos períodos mencionados.

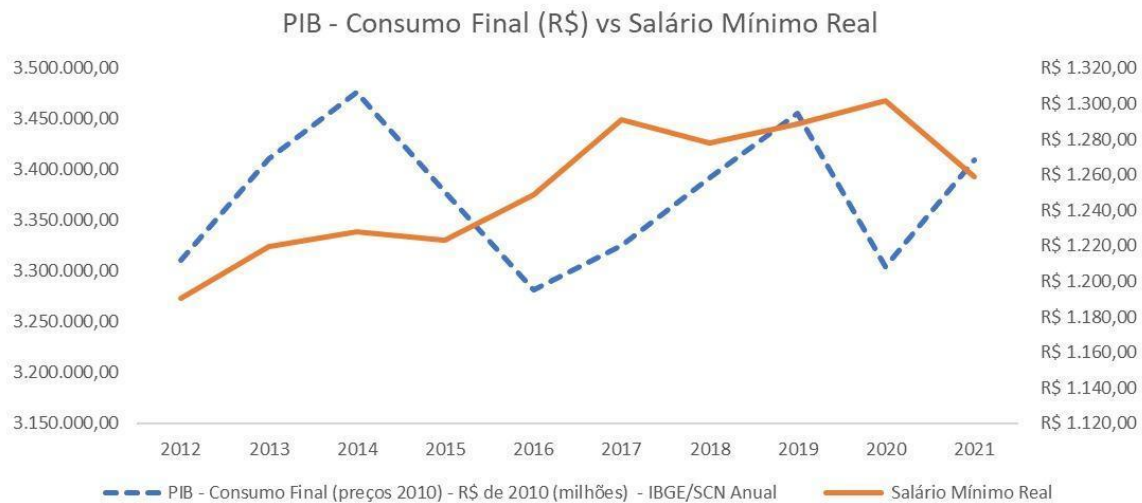
### Gráfico 16 - Comparação PIB - Preço de Mercados e a Média da Taxa de Desocupação Nacional



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (dados manipulados pela autora)

A economia brasileira teve impacto tardio da crise externa de 2008 e sequencialmente, a partir do terceiro trimestre de 2014 entrou em uma prévia de estado de recessão. A recessão foi marcada, em maior grau, nos anos de 2015 e 2016, baseada em contextos políticos e nas políticas implementadas. Sendo evidenciado no (gráfico 16) acima, por meio do crescimento da taxa de desocupação nacional, em meio ao declínio do PIB, isso se deve às políticas de austeridade fiscal e a reforma trabalhista. Estas aumentaram o nível de incerteza quanto à evolução da demanda agregada. A incerteza também aumentou em função dos problemas políticos. Com a redução dos níveis de emprego, a população passou a dispor de um menor poder aquisitivo, o que levou a uma redução no ritmo do aumento dos salários-mínimos, até a queda em alguns anos. (Gráfico 17). Quanto aos anos seguintes, durante o período da pandemia da Covid-19, a ampliação dos níveis de desemprego e a queda do PIB, se deveram também à redução da demanda, investimento e da produção.

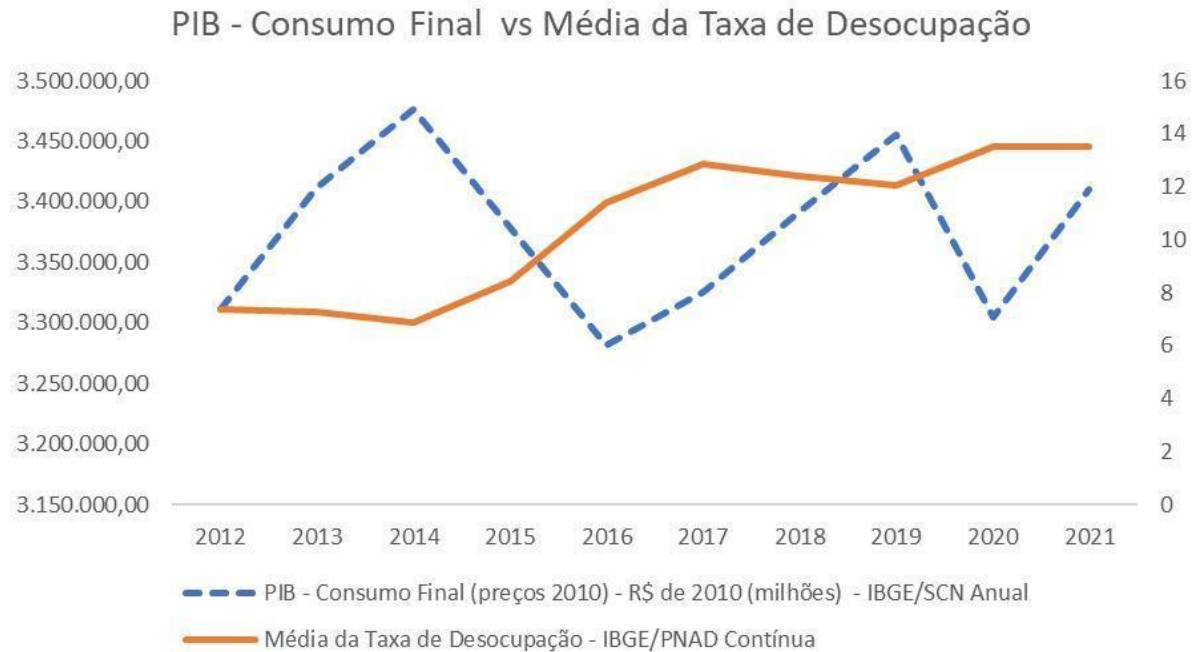
**Gráfico 17 - Comparação PIB - Consumo Final e Salário-Mínimo Real**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (dados manipulados pela autora)

A retração do consumo entre os anos de 2014 - 2016 se deve a perda de poder aquisitivo, mediante aos maiores níveis de desemprego, expressos no (gráfico 16). No que tange a queda do consumo, durante a pandemia da Covid-19, essa é expressa devido a redução da demanda, em meio a um período de isolamento social. O auxílio emergencial do período auxiliou a população mais carente a dispor de bens de subsistência, mas a condição social vivenciada não possibilitou a expansão da demanda. Em paralelo, o aumento dos salários-mínimos no período segurara em parte o poder de compra das famílias. O gráfico abaixo, melhor expressa a relação entre o consumo final e a taxa de desocupação da economia.

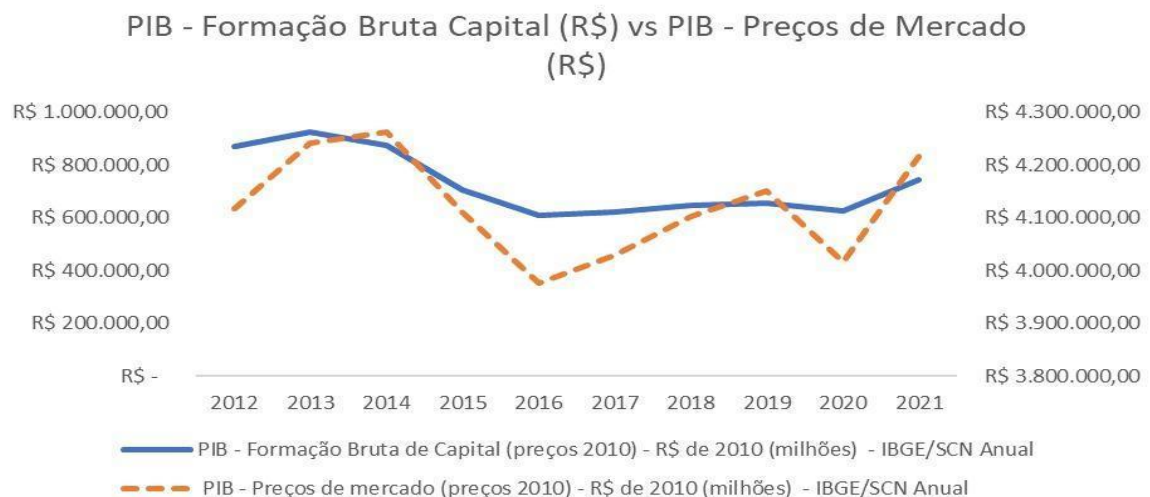
**Gráfico 18 - Comparação do PIB - Consumo Final e da Média da Taxa de Desocupação**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (dados manipulados pela autora)

O outro item da demanda efetiva que foi afetado foi o investimento, medido pela formação bruta de capital fixo (Gráfico 19). Ela cai entre 2012 e 2021, com pequenas recuperações em 2016 e 2021, mas sem atingir os níveis de 2012.

**Gráfico 19 - Comparação entre o PIB - Formação Bruta de Capital e o PIB - Preços de Mercado**

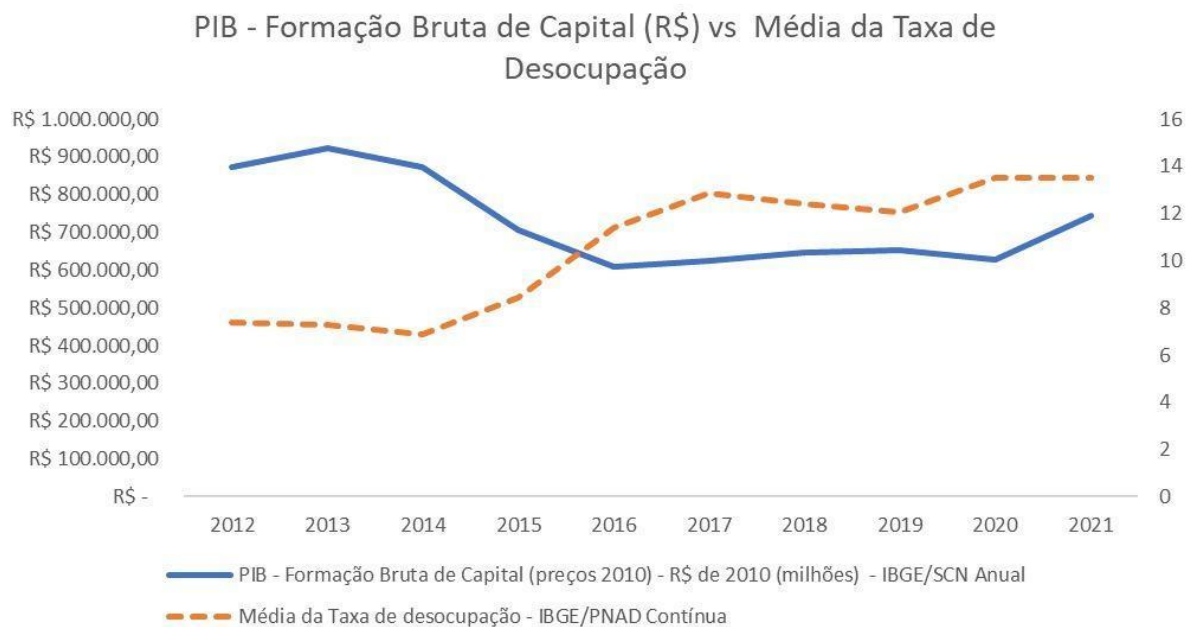


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA



A FBCF é o investimento, uma variável da demanda efetiva de extrema importância para o crescimento econômico a longo prazo, pois age como um indicador de melhora da capacidade produtiva da economia. No contexto em questão da economia brasileira, entre os elementos ligados à demanda

**Gráfico 20 - Comparação entre PIB - Formação Bruta de Capital e a Média da Taxa de Desocupação**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

A FBCF não somente representa parte da demanda da economia, já que significa compra de matérias primas, máquinas e equipamentos e insumos em geral, e contratação de trabalhadores. Sendo assim, a redução dos níveis de FBCF reduziram as possibilidades de emprego e renda adicionais.

Segundo Dathein, Mollo e Fonseca (2022), as medidas redistributivas tiveram o impacto sobre o aumento do emprego e consumo, devido ao aumento dos salários-mínimos. Isso contribuiu para a expansão da demanda interna, que alavancou o PIB em especial nos anos de 2005 e 2014. O estímulo ao emprego e maiores rendas, via aumento de salários-mínimos e as políticas de redistribuição de renda do início dos anos 2000, combinadas com o aumento nos níveis de investimento são os principais fatores do crescimento econômico brasileiro no período.

O desemprego e o crescimento econômico, na visão pós keynesiana, devem ser amparados por meio de políticas de estímulo tanto à oferta, quanto à demanda, mas principalmente à demanda. Essas variáveis econômicas afetam uma à outra, dado que “o nível de demanda corrente tem um efeito direto sobre a oferta potencial futura da economia, isto é, sobre o investimento e a capacidade produtiva” (PAULA, Luiz F. 2008, p. 10).

Sendo assim, as políticas econômicas possuem mecanismos que afetam a atividade econômica, o emprego, o desemprego e o crescimento da economia. Ao serem implementadas, levando em consideração a situação atual do país, o contexto da economia externa e seus impactos sobre a tendência do país, tudo mais constante, incentivam o desenvolvimento e retomada econômica.

A política fiscal, que trata de medidas tomadas pelo governo a fim de controlar e administrar o orçamento público, age como “um instrumento poderoso para estimular a demanda agregada, ao gerar um efeito multiplicador sobre a renda privada. Ela pode ser usada para empurrar a economia para o pleno emprego, já que afeta diretamente a renda privada e as expectativas dos agentes em relação ao futuro” (PAULA, 2008, p. 10). Em vias de promover crescimento econômico, este pode ser influenciado por meio do maior investimento público, que visa ampliar a infraestrutura econômica e social, segundo Paula (2008), via efeito multiplicador de renda e por meio da expansão dos gastos públicos.

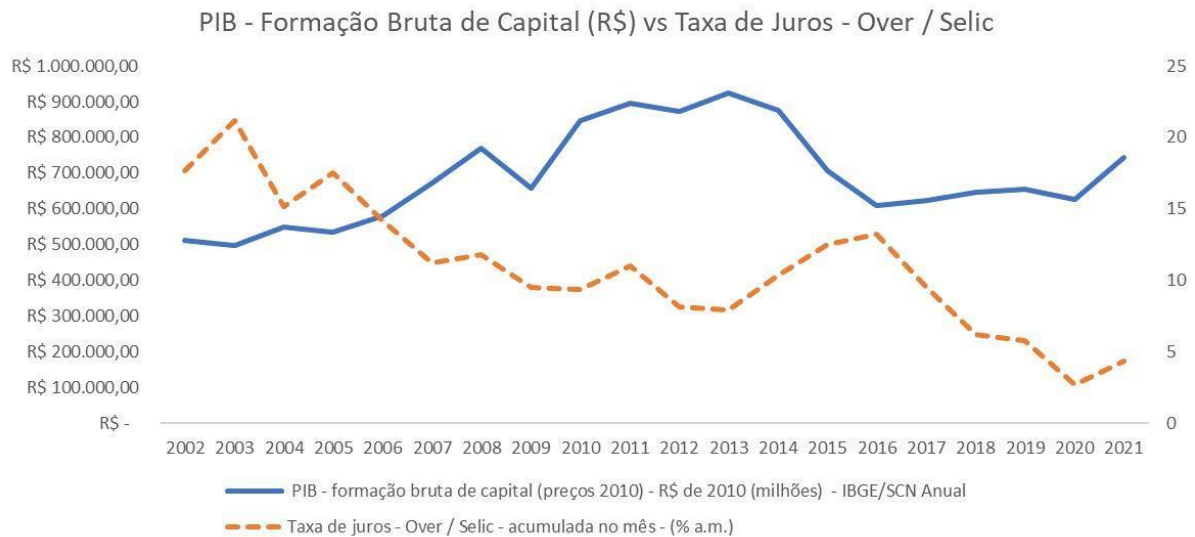
### Gráfico 21 - Comparação entre o PIB - Preços de Mercado e a Taxa de Juros Selic Over



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

O investimento é decidido se a rentabilidade esperada dele for superior à taxa de juros assim, a política monetária tem muito impacto sobre a FBCF.

### Gráfico 22 - Comparação entre o PIB - Formação Bruta de Capital (R\$) e a Taxa de Juros Selic Over



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Assim, a redução da taxa de juros da selic over, até o ano de 2012, estimulou os níveis de investimento, e o aumento, em contrapartida, reduziu o investimento desde 2014. A queda da taxa de juros depois de 2016 não estimulou muito o investimento em vista das perspectivas de rendimento futuro com a austeridade fiscal e queda do crescimento econômico.

Segundo, Paula, Luiz F. (2008), a política monetária possui funções estabilizadoras na Economia, visto que pode agir sobre as expectativas dos empresários, ao sinalizar as políticas que o Banco Central irá tomar quanto a taxa de juros, que podem estimular investimentos, tem potencial de impactar a demanda agregada e influenciar a aquisição de bens de capital. O controle dessa política é feito por vias do órgão regulador e pode desencadear em “mudanças nos preços relativos dos diferentes ativos, dos ativos mais líquidos para os mais ilíquidos, isto é, levando a mudanças nas decisões de portfólio que podem afetar as variáveis reais da economia (produto e emprego)” (PAULA, Luiz F. 2008, p. 11). Se a taxa de juros SELIC é alta, isso beneficia a compra de títulos públicos que são ativos líquidos e inibe os ativos ilíquidos como o investimento.

A Crise da Covid 19 além de ocasionar um colapso sanitário, também provocou recessão da economia mundial. O mercado de trabalho foi impactado negativamente em virtude das políticas de isolamento social, que provocaram queda na demanda e do consumo, com maiores níveis de desemprego e retração FBCF. Como expresso no capítulo três, o investimento multiplica renda e emprego, como isso não estava a acontecer, ocasionou em maiores níveis de desemprego e redução do poder aquisitivo das famílias, impactando o consumo e a demanda.

No ano que sucedeu a pandemia, a economia brasileira passou a deter de maiores níveis de FBCF, mesmo com a taxa de juros estando em crescimento, com isso foi possível via efeito multiplicador, ampliar o emprego e a renda da economia, reduzindo os níveis de desemprego e possibilitando a expansão da demanda. Segundo as concepções Pós - Keynesianas, acerca das variáveis econômicas que impactam o desemprego e o crescimento do PIB, sob o contexto da economia brasileira, as tendências previstas nas teorias foram assertivas.

### **3.4. Desemprego e Desenvolvimento Tecnológico: Visão Marxista**

O desemprego que constitui ao exército de reserva do capitalismo, atualmente, se qualifica em meio ao acúmulo de trabalhadores em situação de subempregos ou que constam como excedente de mão de obra dentro do mercado de trabalho. Em que o desemprego pode ser tido como o embate hostil entre o capital e o trabalho assalariado, devido à exploração que produz lucro.

O desemprego constitui-se em forma de intimidação dos trabalhadores, pois, devido a não ser detentor dos meios de produção, o trabalhador, a fim de sobreviver e reproduzir condições de subsistência para sua família, é forçado a aceitar as estipulações do capital e do capitalista, as quais podem contar com interferências diretas as condições de trabalho e de recebimento pelo trabalho prestado.

A reorganização do exército industrial de reserva, em vias capitalistas, na atualidade ocorre por meio da transferência de capital para lugares com demasiada oferta de força de trabalho, “com a restrição de investimentos nos seus países de origem; e, ainda, a generalização das inovações tecnológicas tornando cada vez mais supérfluo o trabalho vivo, ao tempo em que

se desenvolvem estratégias que intensificam o trabalho daqueles que estão inseridos” (ALENCAR, 2011, p.108).

O capital, desde o processo de industrialização, está em vias de expandir, aprimorar e extrair maior produtividade. Para isso, detém de estratégias distintas pelos capitalistas, em que a base estrutural, se pauta sob novas inovações tecnológicas e maquinarias, em que “nesse caso, não há a substituição de uns pelos outros, mas de todos pelas máquinas, afetando a lei geral da oferta e da procura e provocando uma concorrência entre os próprios trabalhadores que passam a disputar entre si as vagas oferecidas no mercado de trabalho, garantindo a formação do exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa” (OLIVEIRA, 2010, p. 277 - 278).

A inserção ou exclusão da superpopulação relativa no mercado de trabalho, segundo Oliveira (2010), está intrínseca a processos de crise ou expansão da industrialização, como também, da pressão de trabalhadores e políticas governamentais. Há três formas pelas quais a superpopulação pode manifestar-se, duas delas em específico, caracterizam-se com a situação de desemprego infringida atualmente na sociedade capitalista. Respectivamente as condições em questão são denominadas como flutuante e estagnada. A condição flutuante, caracteriza-se pelo fato de que o “número de trabalhadores das fábricas, manufaturas, usinas siderúrgicas e minas pode aumentar ou diminuir, aumentando o número de empregados, porém não na mesma razão do aumento da produção” (OLIVEIRA, 2010, p. 279); enquanto a condição estagnada, pode ser representada “pelos trabalhadores irregulares, cuja ocupação não se insere nem na grande indústria, nem na agricultura. São os trabalhadores supérfluos, precários e temporários, mas que agiram para a lógica da influência, pois pressionaram o contingente de trabalhadores excedentes para cima (OLIVEIRA, 2010, p. 279).

“A superpopulação relativa estagnada divide-se em três grupos, os aptos para o trabalho, os filhos e órfãos dos indigentes e os incapazes para o trabalho. É nesta transição da classe trabalhadora que se expande com maior rapidez a pauperização e a miséria. Mas também é parte essencial para o aumento da riqueza capitalista.” (OLIVEIRA, 2010, p. 279).

A dominação do capital infere diretamente, tanto nos tipos de trabalhos que são ofertados, quanto nas condições de trabalho que são aceitas pelos indivíduos, que estão em um estado de desocupação ou desalento. Os trabalhos oriundos do sistema capitalista, que está em um estado de superpopulação, com crises de superprodução, em que as inovações tecnológicas com finalidade de automação da produção, não estão gerando o desemprego. Este se deve

principalmente ao processo de desindustrialização, oriundo do excesso da capacidade de bens industriais, que tem gerado quedas de emprego nesse setor, como também, maior nível de subempregos, retirada de direitos e condições de trabalho mais precárias no setor de serviços (MOLLO e ACYPRESTE, 2023). Isto é, para países desenvolvidos e alguns países que fazem parte do BRICS “o que melhor explica o desemprego é a queda da demanda e não as inovações tecnológicas” (MOLLO e ACYPRESTE, 2023, p. 89).

A queda na demanda por trabalhadores condiz com a situação de desemprego, visto que, “esse é constituído também de um imenso contingente que nunca foi incorporado ao mercado de trabalho, quando muito o foi de forma precária” (ALENCAR, 2011, p.112). O desemprego atual, sob a ótica estrutural, segundo Alencar (2011), possui o caráter sublime do desemprego aberto e contínuo, frente aos níveis de desocupação no Brasil que foram expressos anteriormente. Bem como, detém fortes características ligadas ao subemprego e desemprego oculto, devido a respectivamente, às tendências atuais do capital em emergir novas formas de trabalho, que precarizam a situação do trabalhador e minimizam as responsabilidades e deveres, que o capitalista tem para com os funcionários e para além disso, há condições de precariedade no trabalho, o capital subutiliza a capacidade produtiva que dispõe, pois, devido ao desemprego, os indivíduos estão em uma condição de emprego abaixo da capacidade que estes portam.

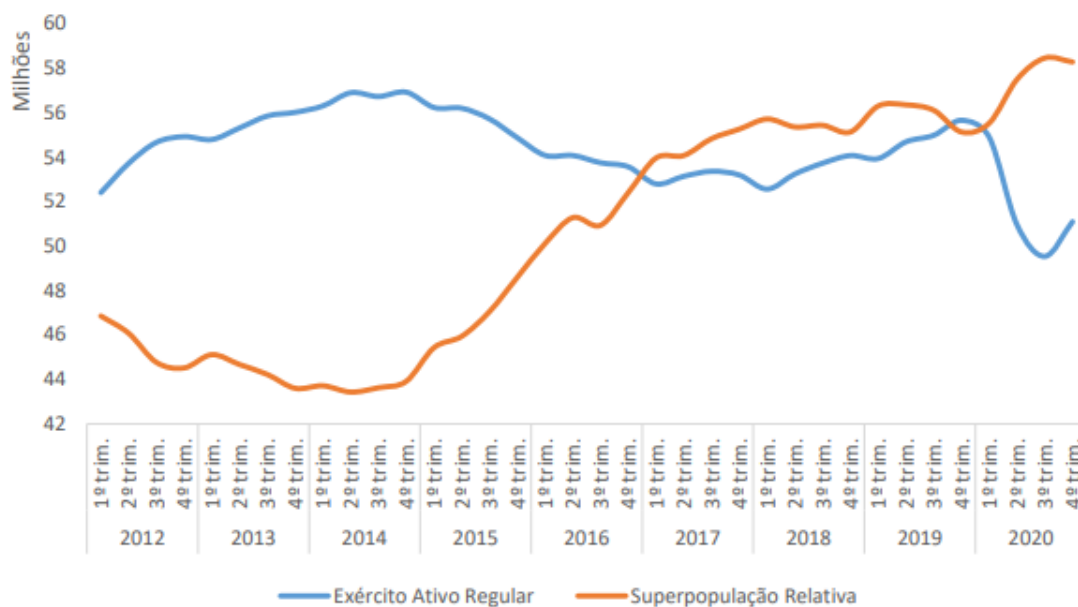
“A atual dinâmica do capitalismo mundial estrutura um conjunto de condições econômicas e políticas que aprofunda cada vez mais a tendência de desvalorização da força de trabalho à medida que potencializa as condições estruturais e políticas para a exploração da classe trabalhadora. A lógica da transnacionalização e financeirização da economia, do desenvolvimento científico e tecnológico, das transformações nas relações e condições do trabalho cria o cenário propício para o aprofundamento do desemprego” (ALENCAR 2011, p.112).

A estrutura de controle do sistema capitalista se qualifica, segundo Mészáros, István (1989) por meio da Taxa de Uso Decrescente que afeta de forma negativa a produção e consumo capitalista, com base nos bens e serviços; instalações e máquinas e a força de trabalho. Podendo ser expressa “na obsolescência planejada em relação aos bens de consumo duráveis produzidos em massa; na substituição, no abandono ou aniquilamento deliberado de bens e serviços; no crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova; e na subutilização crônica de instalações e maquinário” (ALENCAR, 2011, p.113). No que se diz respeito a força de trabalho, há a necessidade intrínseca ao capital, de maiores quantidades de consumidores e de forma semelhante, uma menor quantidade de trabalho vivo, segundo Alencar (2011).

O desenvolvimento do capitalismo produziu excedente populacional, o qual está à margem do mercado de trabalho, ao qual o capital não consegue incorporar a força de trabalho vigente. O desemprego atualmente apresenta caráter contínuo, segundo Alencar (2011), pode ser apresentado nos mais diversos campos, disfarçados de práticas trabalhistas flexíveis, precarização e exploração admissível do trabalho em período parcial, revelando redução do padrão de vida, até mesmo dos trabalhadores que dispõem de trabalho em tempo integral.

A relação entre a população empregada no Brasil e a que está à margem do mercado de trabalho detém certa oscilação e no caso da superpopulação relativa, apresentou crescente aumento, ao longo dos anos, como pode ser expresso no gráfico abaixo:

**Gráfico 22 - População empregada e superpopulação relativa no Brasil (2012-2020).**



Fonte: HEINEN, Vicente. Superpopulação relativa no Brasil: tamanho e composição entre 2012 e 2020. ano 2021. p.72.

A superpopulação relativa teve baixa em 2012, porque, no Brasil os efeitos da crise de 2008, não foram imediatos. Entretanto, o exército de reserva, ao longo dos anos, teve grande expansão, fenômeno que pode ser justificado por meio da lenta recuperação da demanda por trabalho e da aceleração na oferta de trabalho, segundo Heinen (2021). Dado que “o primeiro desses fatores é bem ilustrado pela evolução da população empregada, que no 4º trimestre de

2019 ainda não passava de 55,7 milhões, representando um déficit de mais de um milhão de vagas na comparação com o mesmo período de 2014” (HEINEN, 2021, p.72). Ora, o segundo fator acerca da superpopulação “indicam uma aceleração no crescimento da força de trabalho disponível – isto é, do total de trabalhadores no exército ativo ou de reserva – a partir de 2014 (...) esse processo está associado ao próprio aumento do pauperismo, que obrigou novos membros da classe trabalhadora a buscarem trabalho e complementar a renda familiar” (HEINEN, 2021, p.72)

O aumento do pauperismo em meio ao desemprego crônico, crescente e decorrente da demanda que fora vivenciado, conduziu os indivíduos a busca de subempregos como trabalhos complementares à renda familiar. Reproduzindo assim o conceito de “uberização” do trabalho, que exige jornada de trabalho superior a 8 horas diárias, sem pausa amparada legalmente, fins de semana ou feriados. O trabalho é contínuo, sem fornecimento de benefícios por meio do capitalista. Sob essa condição de emprego, o trabalhador precisa trabalhar 12 horas “porque o pagamento de uma taxa de 25% sobre o obtido, não permite a manutenção de si e da família e, por isso, não completa o custo de (re) produção da força de trabalho que determina seu valor em termos médios sociais” (MOLLO e ACYPRESTE, 2023, p.87).

Segundo Mollo (2023), para que o trabalhador tenha acesso a essa plataforma digital, precisa desembolsar 25% de taxa, que é tida como medida do mais-valor, extraído do proprietário. A plataforma em questão possui investidores, que são precisamente os proprietários do meio de produção “que, ao submeter os trabalhadores ao seu jugo, transformaram-na em capital, valor que se valoriza pela exploração da força de trabalho alheia” (MOLLO e ACYPRESTE, 2023, p.87).

Dado que a utilização e (re) utilização da força de trabalho evolui e os controles dos processos de trabalho também, após a especialização flexível, na atualidade, o trabalho digital possui predominância como meio do capital de intensificar a jornada de trabalho do indivíduo e para além disso, coagir o trabalhador a formas de reduzir legalmente, os direitos que este tem a receber. Reproduzindo um falso sentimento de dono; empresário; detentor do seu próprio capital, enquanto na realidade, o indivíduo está a trabalhar por mais horas, desembolsando taxas e pagando para prestar o serviço.



“Menciona-se o aumento do tempo livre proporcionado pelas novas tecnologias como forma de visualizar mudanças importantes. Este aumento, por um lado, vem ocorrendo desde a primeira revolução industrial, quando a jornada de trabalho alcançava até 16 horas. A redução observada hoje, fruto da luta de classes, não mudou o modo de produção. Tais mudanças vão por vezes na direção de reduzir a exploração, por pressão da luta de classes, mas também de aumentar, como parece ser o caso das plataformas digitais e das chamadas cooperativas de trabalho e dos programas integrados de fornecimento de insumos à agroindústria, que fazem os trabalhadores arcarem com parte dos custos e do risco da produção, reduzindo os custos para o capitalista e exigindo que os trabalhadores trabalhem mais para reproduzir sua força de trabalho”(MOLLO e ACYPRESTE, 2023. p.87 - 88).

Com finalidade de um funcionamento adequado do mercado de trabalho, se faz necessário haja trabalho a ser empregado e parte do produto do trabalho apropriado sem pagamento. Tendo o desemprego como estrutural, dentro do sistema capitalista é imprescindível que haja desempregados, que estejam despossuídos e não sejam detentores de meios de prover sua própria subsistência e a de sua família, para que seja viável a venda da força de trabalho e exploração do trabalhador, com finalidade de gerar lucro ao capitalista. Prontamente, independente de estarmos em um estado de pós-grande indústria, havendo capital a ser valorizado e reproduzido, a força de trabalho não será eliminada, segundo Mollo e Acypreste (2023).

De acordo com Mollo e Acypreste (2023), o objetivo do capitalismo sempre será a maximização do lucro e este ocorre pelas vias de controle do ritmo e modelo de trabalho. O capitalista tende a buscar novos meios de se apoderar da parcela do que é produzido pelo trabalhador, o que hoje pode ocorrer, reduzindo o salário deste, ampliando a jornada de trabalho por meio da citada “uberização”, intensificando o trabalho prestado e retirando os direitos trabalhistas do empregado, a fim de ampliar o mais valor. A precarização do trabalho, seja em vias de trabalho doméstico, tecnológico ou industrial, tem como finalidade, explorar o trabalhador a fim de extrair excedente do trabalho prestado e controlá-lo, de forma a disciplinar e servir a valorização do capital. O Capital busca deter poder coercivo acerca do trabalhador, refletindo assim a dominação do capital sob o trabalhador.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como motivação a realização de uma análise detalhada acerca do emprego e desemprego, na visão da ortodoxia e heterodoxia da econômica, contemplando como essas teorias são aplicadas ao contexto brasileiro. Nesse sentido, pode ser observado que, dentre as teorias apresentadas, as correntes Pós - Keynesianas e Marxistas apresentam pressupostos que melhor explicam as oscilações econômicas vivenciadas no Brasil nos últimos 20 anos.

No primeiro capítulo foi abordado o emprego e desemprego na visão da ortodoxia econômica, por meio da subdivisão entre Neoclássicos, Novos Clássicos e Novos Keynesianos. Os economistas ortodoxos aceitam a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda, logo, para estes pensadores a oferta cria a sua própria demanda. O mercado de trabalho para os pensadores Neoclássicos é estruturado pela oferta e demanda, que são determinantes respectivamente do preço e da quantidade de equilíbrio. Em uma economia de livre concorrência, em que os mercados se autorregulam, conduzindo a economia a um equilíbrio de pleno emprego, neste equilíbrio haveria satisfação de todos os agentes, devido aos trabalhadores receberem estritamente a desutilidade marginal do trabalho e as empresas remunerarem a contribuição marginal do trabalho. O nível de equilíbrio da economia consiste pelo lado da oferta, nos salários recompensarem a desutilidade marginal do trabalho e pelo lado da demanda, nos salários se igualarem a produtividade marginal do trabalho. Os Novos Clássicos e Novos Keynesianos, que vão ser abordados a seguir, compreendem o mercado de trabalho, salário e o desemprego desta mesma forma. Concordam que a solução do desemprego, exige que o salário caia para assim igualar a quantidade ofertada e demandada de trabalho.

Os pensadores heterodoxos têm uma concepção diferente acerca da moeda, refutam a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda tanto no curto quanto no longo prazo. Os economistas keynesianos e marxistas se opõem à existência da tendência ao pleno emprego, por meio de concepções diferentes acerca do mercado de trabalho, salário, emprego e desemprego.

Os Pós - Keynesianos compreendem o desemprego como involuntário e afirmam que este está ligado à insuficiência de demanda efetiva (Consumo e Investimento), que são insuficientes devido à incerteza que permeia a economia e a consequente preferência dos

agentes por liquidez. Esses teóricos, consideram o crédito bancário como forma de estimular o crescimento econômico, com baixa taxa de juros, a fim de incentivar os investimentos. Pois a determinação do investimento deriva da taxa de juros, que tem que ser menor do que a eficiência marginal do capital, as quais são estabelecidas respectivamente pela preferência pela liquidez e pelas expectativas econômicas. A preferência pela liquidez estabelece a taxa de juros de equilíbrio, por meio da oferta e demanda de moeda, enquanto as expectativas econômicas são a rentabilidade que os investidores esperam do investimento. A incerteza afeta negativamente o nível de investimento real da economia, o que afeta a demanda agregada e resulta no efeito redutor da renda e do emprego. Conforme o nível de incerteza e de investimento, os agentes colocam a economia em uma situação abaixo do pleno emprego.

O marxismo é uma corrente de pensamento político, econômico e social baseado nas ideias disseminadas por Karl Marx. Para o modelo de produção capitalista, produz-se mercadorias e os indivíduos, precisam dispor de dinheiro, para realizar compra do que precisam para viver e assim precisam vender algo, para obter esse dinheiro. No capitalismo, apenas o capitalista tem acesso aos meios de produção e quem não tem os meios de produção, não pode produzir algo para vender. Para o trabalhador, o acesso aos meios de produção se dá mediante a venda da força de trabalho como mercadoria e essa tem o seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. O capitalista precisa deter dos meios de produção, para comprar a mercadoria, força de trabalho e para tanto, o dinheiro se valoriza com a compra da força de trabalho que produz excedente. O excedente converte-se em dinheiro e sequencialmente, transforma-se em mais-valia, de onde sai o lucro para o capitalista.

Os economistas ortodoxos pressupõem que a determinação do salário-mínimo, poderia causar redução no nível de desemprego. Para esses pensadores o desemprego e a evolução do salário-mínimo são variáveis correlacionadas, dado que reajustes dos salários-mínimos reduzem o emprego, ou seja, quanto maior for o salário-mínimo, maior será a taxa de desemprego da economia. À medida em que ocorre o processo de instauração do salário-mínimo nas economias, para o mercado de trabalho formal, o piso salarial é elevado e alguns trabalhadores entram na zona do desemprego. Para o caso brasileiro a influência do salário-mínimo real, não forneceu impactos diretos sobre a taxa de desocupação. Conforme os dados apresentados no presente trabalho, houve momentos ao longo dos anos de 2002 a 2023 que o aumento do salário-mínimo real não ocasionou maiores níveis de desemprego e a taxa de

desemprego não teve reduções, em meio a pequenas correções dos salários-mínimos reais da economia brasileira.

Os economistas Pós - Keynesianos pressupõem que o desemprego é causado por queda da demanda efetiva, em particular do consumo e investimento agregados, ou queda do crescimento da economia. As mudanças na demanda deixam consequências a longo prazo, devido ao tempo ser histórico e o longo prazo é uma sucessão de curtos prazos. Além disso, a incerteza é o que leva à instabilidade e ausência de pleno emprego. Isso porque leva à preferência pela liquidez que inibe tanto o investimento quanto o consumo. O investimento depende das expectativas de rendimento futuro (eficiência marginal do capital) serem superiores à taxa de juros. Assim, se há incerteza as expectativas são baixas e a preferência pela liquidez que determina as taxas de juros são altas e o investimento é inibido. Se o investimento é inibido a renda cai de forma multiplicada e o emprego também. A queda da renda ou do PIB leva a queda do consumo.

As análises feitas nesta monografia mostram que o desemprego dependeu da queda do crescimento do PIB, com aumento da taxa de juros e queda da demanda efetiva (Consumo e Investimento).

Os economistas marxistas visualizam que o desemprego pode ser tido como o embate entre o capital e o trabalho assalariado, devido às crises de superprodução. O desemprego está escondido sob a marginalização dos trabalhadores, em situações de subempregos ou constituídos no exército de reserva. A dominação do capital infere diretamente, tanto nos tipos de trabalhos que são ofertados, quanto nas condições de trabalho que são aceitas pelos indivíduos, que estão em um estado de desocupação ou desalento. O capitalismo produziu excedente populacional, que está à margem do mercado de trabalho e o capital não consegue incorporar a força de trabalho. Para além da população que está à margem do mercado de trabalho, há aqueles que estão em condição de sub-empregos, com jornadas de trabalho extensas, sem direitos trabalhistas e desembolsando aos capitalistas, taxas para poder trabalhar, que é o caso da uberização. As exposições abordadas no presente trabalho, acerca da informalidade, redução de direitos trabalhistas e uberização do trabalho, estão inseridas no contexto atual da economia brasileira e mundial, com maior ênfase nos países em desenvolvimento

Devido à grande complexidade acerca da temática de emprego e desemprego, analisada sob a ótica de vertentes distintas, o trabalho em questão não possui condições e presunção de inferir acerca da factibilidade das vertentes teóricas e a medida preferível ou que dispõem de maior assertividade para acentuar os níveis de emprego. O trabalho buscou discorrer acerca das concepções teóricas de cada abordagem e compará-las ao caso brasileiro com as suas principais inferências, a fim de verificar se as variáveis econômicas se comportaram, conforme as concepções de cada teoria ao atenuá-las ao contexto da economia brasileira. Sob essa compreensão variáveis que compõem a teoria Pós-Keynesiana acerca de emprego, desemprego e crescimento econômico, estavam mais correlatas aos eventos econômicos brasileiros e a teoria Marxista exprime em meio a classificação do desemprego e do exército de reserva, a melhor percepção de acontecimentos recentes referentes ao mercado de trabalho brasileiro, quanto a uberização do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Mônica. **O desemprego contemporâneo como elemento da acumulação capitalista e da luta de classes.** O social em Questão n° 25/26. 2011. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/6\\_OSQ\\_25\\_26\\_Alencar.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/6_OSQ_25_26_Alencar.pdf)>

AMADEO, Edward. **Desemprego, Salários e Preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico da década de 1970.** Rio de Janeiro: BNDES, 1982. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8028/1/Desemprego%2C%20Sal%C3%A1rio%20e%20Pre%C3%A7os\\_P\\_sem%20OCR.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8028/1/Desemprego%2C%20Sal%C3%A1rio%20e%20Pre%C3%A7os_P_sem%20OCR.pdf)>

AMADEO, Edward. **Sobre salários nominais: as críticas keynesiana e monetarista à abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 16, n. 2, agosto 1986. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6064>>

AMADO e MOLLO. **Noções de Macroeconomia Aberta. Razões teóricas para as divergências entre economistas.** São Paulo: Manole, 2003. 255 p

AMITRANO, Cláudio. **Instituições, Distribuição De Renda E Crescimento Econômico: Uma Análise Pós-Keynesiana.** Rio de Janeiro, agosto de 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6976/1/td\\_2226.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6976/1/td_2226.pdf)>

BLAUG, Mark. **História do pensamento econômico.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989-1990. 2 v.

BORJAS, George. **Economia do trabalho.** 5. Porto Alegre AMGH 2012.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Economia monetária e financeira.** 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, c2015

CONCEIÇÃO, Octavio A. C e GABRIANI. **Institucionalistas E Pós-Keynesianos - Ensaio Sobre Incerteza Em Uma Economia Capitalista Financeira Moderna.** Economia e

Sociedade, Campinas, v. 28, n. 1 (65), p. 1-23, janeiro-abril 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/TnNfbBBWFpNxptBYJ7pJ3xw/abstract/?lang=pt>>

CURI, R. L. C.; RIBEIRO, M. P.; RODRIGUES, C. T. **Política De Valorização Do Salário Mínimo E Sua Relação Com O Desemprego. Análise Econômica**, [S. l.], v. 39, n. 78, 2021. DOI: 10.22456/2176-5456.81718. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/81718>>

DATHEIN, Ricardo - **O Crescimento Do Desemprego Nos Países Desenvolvidos E Sua Interpretação / Pela Teoria Econômica: As Abordagens Neoclássica. Keynesiana E Schumpeteriana**. Tese, em Ciências Econômicas, Doutorado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.256, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/205458>>

Dathein, R. , Mollo, M. L. R. , Fonseca, P. D. **Brasil: Pandemia, Austeridad y Reformas Liberales en el Contexto de un Deterioro Estructural**, XVIII Jornadas de Economía Crítica, Universidad de Castilla – La Mancha, Cuenca, septiembre de 2022

FILHO, Ferrari. **Os "Keynesianos" Neoclássicos E Os Pós-Keynesianos**. Ensaios FEE, Porto Alegre, (12), 2: 340-348, 1991.

FREITAS, Paulo. **Salário-Mínimo E Mercado De Trabalho No Brasil**. Agenda Legislativa, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/agenda-legislativa/capitulo-25-salario-minimo-e-mercado-de-trabalho-no-brasil>>

HEINEN, Vicente. **Superpopulação relativa no Brasil: tamanho e composição entre 2012 e 2020**. TCC em Ciências Econômicas, do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, p.111, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227879#:~:text=Superpopula%C3%A7%C3%A3o%20relativa%20no%20Brasil%3A%20tamanho%20e%20composi%C3%A7%C3%A3o%20entre%202012%20e%202020,-Mostrar%20registro%20completo&text=Resumo%3A,criada%20pela%20recente%20crise%20nacional.>>

HUNT, E. K; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico** Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. Taxa de desocupação - (%) - (IBGE/PNAD Contínua)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. PIB - preços de mercado (preços 2010) - R\$ de 2010 (milhões) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual) - SCN10\_PIBP10 –

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. PIB - indústria (preços 2010) - R\$ de 2010 (milhões) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual) - SCN10\_VAINDP10 –

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. PIB - PIB - consumo final (preços 2010) - R\$ de 2010 (milhões) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual) - SCN10\_CTNP10 –

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. PIB - PIB - PIB - formação bruta de capital (preços 2010) - R\$ de 2010 (milhões) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual) - SCN10\_FBKP10 -

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. PIB Indicadores Industriais - massa salarial - indústria - índice real (média 2006 = 100)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. Média Anual População Desocupada - RMs (%) (IBGE/PME)

KEYNES. **A teoria geral do emprego, dos juros e da moeda**, 2012.



LIMA, Andressa e ALENCAR, Douglas. **Crescimento Econômico Brasileiro À Luz Da Teoria Pós Keynesiana De Distribuição Funcional Da Renda.** A Economia em Revista maio/agosto 2022, v. 30, n. 2. Disponível em: <  
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/download/62455/751375155486/>>

LIMA, G.T et alli. **Macroeconomia Moderna: Keynes E A Economia Contemporânea.** Campus: Rio de Janeiro, 1999

LIMA, G.T. **Em Busca Do Tempo Perdido: A Recuperação Pós-Keynesiana Da Teoria Do Emprego De Keynes.** Rio de Janeiro: BNDES, 1992. Disponível em: <  
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8038>>

LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João. **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo.** Barueri, SP: Manole, 2003. 556 p.

MARX, **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro 1.** 2011

MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista.** p.07 – 105. Ano de publicação 1989 Disponível em: <  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/613636/mod\\_resource/content/1/MESZAROS\\_1989\\_Producao\\_destrutiva\\_e\\_capitalismo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/613636/mod_resource/content/1/MESZAROS_1989_Producao_destrutiva_e_capitalismo.pdf)>

MISSIO, Fabrício e OREIRO, José Luís. **Equilíbrio com Desemprego Involuntário: Um modelo de Ciclo Limite.** Revista EconomiA, Setembro/Dezembro 2008. Disponível em: <  
[https://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n3p545\\_575.pdf](https://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n3p545_575.pdf)>

MOLLO e ACYPRESTE. **O Debate Recorrente Sobre O Fim Do Trabalho Com O Desemprego Tecnológico.** Revista de Economia Política, vol. 43, nº 1, pp. 78-95, janeiro-março/2023

MOLLO, M. L. R. **Ricardo e Marx sobre o Valor e a Moeda,** Silva, M. L. F. (Org.), **Moeda e Produção –Teorias Comparadas,** Brasília, Ed. UnB, 1992.

MOLLO, M. L.R. **Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a Questão da Neutralidade da Moeda**. Revista de Economia Política, 2004.

MOLLO, M.L. R. **As Controvérsias Monetárias do Século XIX**. Ensaios FEE, abril, 1994.

MOLLO, M.L. R. **Marx e a Crítica da Economia Política**. Nulo

MOLLO, M.L.R. **Moeda, Taxa de Juro e Preferência pela Liquidez em Marx e Keynes**. 2003

N. Gregory Mankiw. **Macroeconomia**. 10ª ed. 2021

N. GREGORY, Mankiw. “**Um curso rápido de revisão de macroeconomia**”, em **Journal of Economic Literature**, vol. XXVIII (dec/1990), p. 1645, 1669, traduzido por T. S. Afanasieff e M. G. Rodriguez, revisto por V. Bastos

NETO, José. **Salário Mínimo, Desemprego E Desigualdade Na Teoria Econômica E No Brasil**. Monografia em Ciências Econômicas, Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, p. 82. agosto de 2020. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29052/1/2020\\_JoseMariaNovaCostaNeto\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29052/1/2020_JoseMariaNovaCostaNeto_tcc.pdf)>

NICACIO, Adriana. **O enigma do desemprego**. Ipea Gov. 23 de Mai de 2014.

NOGUEIRA, Wallace e VELÁZQUEZ, Victor. **Os Fatores Econômicos E A Tecnologia No Desemprego Estrutural**. Revista de Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho | e-ISSN: 2525-9857 | Brasília | v. 3 | n. 1 | p. 157 – 178 | Jan/Jun. 2017. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/1917>>

OLIVEIRA, Ednéia. **Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 276-283 jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/cSWypK3DNqcz6hcJKpsn3WM/?format=pdf>>

OREIRO, J.L. e ONO, HIDEKI. **Um modelo macrodinâmico pós-keynesiano de simulação.** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 1 (105), pp. 82-107, janeiro-março/2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rep/a/9p8bmBzvN8rksdB7ysKLRQM/?lang=pt>>

OREIRO, J.L. **Flexibilidade Salarial, Equilíbrio com Desemprego e Desemprego de Desequilíbrio.** Revista Brasileira de Economia, Vol. 51, N.3. 1997. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/695/8059>>

OREIRO, José L. **Macrodinâmica Pós-Keynesiana: Crescimento e Distribuição de Renda.** Editora Alta Books, 2018. E-book. ISBN 9786555201017

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT: Recuperação do mercado de trabalho inverte tendência favorável. Publicado em 23 de maio de 2023. Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_846042/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_846042/lang--pt/index.htm)>

PAULA, L.F **Política Econômica para o Crescimento e Estabilidade Macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência ao Brasil.** 2008. Disponível em: < <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/politica-economica-para-o-crescimento-economico-e-estabilidade.pdf>>

PRONI, Weishaupt Marcelo - **Teorias do desemprego: um guia de estudo. Texto para Discussão.** IE/Unicamp, Campinas, n. 256, ago. 2015. Disponível em: < <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3409/TD256.pdf>>

Richard T. Froyen. **Macroeconomia: Teorias E Aplicações** - 2ª edição, 2012.

SABOIA, NETO, SIMÕES e DICK. **Mercado De Trabalho, Salário Mínimo E Distribuição De Renda No Brasil No Passado Recente.** Rev. Econ. Contemp., v. 25, n. 2, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rec/a/PfsVrtZPhMvPFv8hsD8R4fk/abstract/?lang=pt>>

SILVA, José. **O Milagre Econômico e a Primeira Década dos anos 2000: crescimento comparado sob a ótica dos regimes de demanda Wage-Led e Profit-Led.** Revista Pesquisa e Debate v. 29 n. 1(53) 2018. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/36395>>

SISTEMA GERENCIADOR DE SÉRIES TEMPORAIS DO BANCO CENTRAL (SGS). Taxa de juros - Over / Selic - acumulada no mês - (% a.m.) - Banco Central do Brasil, Boletim, Seção mercado financeiro e de capitais (Bacen/Boletim/M. Finan.) - BM12\_TJOVER12. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/estabilidade financeira/selicdadosdiarios>>

SISTEMA GERENCIADOR DE SÉRIES TEMPORAIS DO BANCO CENTRAL (SGS). Salário Mínimo – U.M.C. Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>

SUMMA, Ricardo. **Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil**. Revista da sociedade brasileira de economia política 42 / outubro 2015 – janeiro 2016. Disponível em: < [https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/121/pdf\\_9](https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/121/pdf_9)>

SWEEZY, M. Paul. **Economia Política**. Capítulo I Teoria **do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de Economia Política Marxista**. Traduzido da quarta edição, publicada em 1956 pela Monthly Review Press, Nova York, E.U.A. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/558600/mod\\_resource/content/1/Marx%20Texto%201.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/558600/mod_resource/content/1/Marx%20Texto%201.pdf)>

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2005. 230

ZYLBERSTAJN. **Sindicalismo, Leis de Marshall e Globalização**; in Boletim Informações FIPE, Janeiro/2000